

**CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CODES SISAL
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA – UEFS
NÚCLEO DE EXTENSÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – NEDET
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

**PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO – PTDSS
TERRITÓRIO DO SISAL**

VALENTE – BAHIA

Novembro, 2016

Ficha Catalográfica - Biblioteca Julieta Carteadó - UEFS

P774

Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável e Solidário do Território do Sisal – PTDSS / Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial / Universidade Estadual de Feira de Santana. – Valente, 2016
. 88 p. : il.

Conselho de Desenvolvimento Sustentável (CODES Sisal).

1. Desenvolvimento territorial. 2. Território do Sisal – Bahia. 3. Desenvolvimento rural. 4. Agricultura sustentável. 5. Agricultura familiar. 6. Gestão social. I. Universidade Estadual de Feira de Santana. II. Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial. III. Título. CDU: 332.1(814. 22)

CDI: 332.1(814. 22)

DIRETORIA DO COLEGIADO TERRITORIAL DO SISAL – CODES SISAL

DIRETOR (A)	INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente - Cecília Petrina de Carvalho	APLB – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia
Vice- presidente - Iracema de Oliveira Nery	APAEB Valente – Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira
CONSELHEIROS/AS	
Tânea Maria Mota Rios e Rios	Prefeitura Municipal de Valente
Terezinha Santos Silva	MMTR - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
Nayara Cunha da Silva	MOC - Movimento de Organização Comunitária
Crisógno Conceição Carneiro dos Santos	BAHIATER – Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural
Célia Nunes Dourado Passos	CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
Cristiana Brito Oliveira	FATRES - Fundação de Apoio à Agricultura Familiar do Semiárido da Bahia
José Raimundo Carneiro Santos	SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e pequenas Empresas
Maria Eliana Lima dos Santos	FETRAF/BAHIA/CUT - Federação dos Trabalhadores na agricultura Familiar no Estado da Bahia
CONSELHO FISCAL	
TITULARES	
José Jivaldo Oliveira de Jesus	Prefeitura Municipal de Serrinha
Eleneide Alves C. Carneiro	ARCO SERTÃO – Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia
Gerlândio Araújo Lima	Fundação APAEB – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira
SUPLENTE	
Núbia da Silva Oliveira	Prefeitura Municipal de Conceição do Coité
Thaís Macedo	Prefeitura Municipal de Cansanção
Antônio da Silva Carneiro	Prefeitura Municipal de Ichu

NÚCLEO DE EXTENSÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA – NEDET/ UEFS

Acácia Batista Dias¹

Adaiane Lopes da Cunha

Arlene Cristina Freire Araújo

Ildes Ferreira de Oliveira²

Isael Pina Junior

Jocimara Souza Britto Lobã³

Philippe Damasceno Pedreira

Instituições Apoiadoras

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade da Bahia – CET

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA

Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia – SDR

Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT

Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres da Presidência da República –
SPM/PR

Secretaria do Planejamento da Bahia – SEPLAN

Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

(1) Profa. Dra. do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia (DCHF) da UEFS, Coordenadora do NEDET/Sisal;

(2) Prof. Dr. do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia (DCHF) da UEFS, Coordenador do NEDET/UEFS;

(3) Profa. Dra. do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia (DCHF) da UEFS.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACOANVR - Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos do Assentamento Nova Vida e Região

AIDS - Acquired Immunodeficiency Syndrome

AMTRAFAS - Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Agricultoras Familiares de Santaluz

APAEB Araci - Associação dos Agricultores Familiares do Município de Araci

APAEB Serrinha - Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Serrinha

INEMA – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

APAEB Valente – Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira

APLB – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia

ARCO SERTÃO – Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia

ARCO SERTÃO CENTRAL - Central de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado da Bahia

ARESOL - Associação Regional dos Grupos Solidários de Geração de Renda

ASCOOB – Cooperativa de Crédito Rural

Associação Central de Cidadania

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

ATES - Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária

BAHIATER – Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural

CadÚnico - Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal

CAEC – Centro Acadêmico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial da Universidade do Estado da Bahia

CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional

CDA – Coordenação de Desenvolvimento Agrário

CDC – Centro Digital de Cidadania

CEAIC - Centro de Apoio às Iniciativas Comunitárias do Semiárido da Bahia

CEEP – Centro Estadual de Educação Profissional

CET – Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade da Bahia

CETA - Movimento de Trabalhadores Assentados/as, Acampados/as e Quilombolas do Estado da Bahia

CETEP – Centro Tecnológico de Educação Profissional
CMDS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável
CNDRS - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CODES Sisal– Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável
CODETER – Conselho Regional de Desenvolvimento Territorial
CONSISAL - Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sisal
COOAPIT - Cooperativa de Apicultores de Tucano
COOPEREDE – Cooperativa Rede de Produtoras da Bahia
CRAM – Centro de Referência e Atendimento à Mulher
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social Quilombola
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CTSB – Colegiado Territorial do Sudoeste Baiano
DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf
DEAM – Delegacia Especial de Atendimento à Mulher
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EFA – Escola Família Agrícola
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EMITEC - Ensino Médio com Intermediação Tecnológica
ETE – Estação de Tratamento de Efluentes
FAEB – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia
FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalho
FATRES - Fundação de Apoio à Agricultura Familiar do Semiárido da Bahia
FETRAF/BAHIA/CUT - Federação dos Trabalhadores na agricultura Familiar no Estado da Bahia
Fundação APAEB – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GAC – Gestão Ambiental Compartilhada
GeografAR- Geografia dos Assentamentos na Área Rural
GT – Grupo de Trabalho
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IES – Instituição de Ensino Superior

IFBAIANO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano

IFDM – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal

IG – Indicação Geográfica

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITR – Imposto Territorial Rural

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MINC – Ministério da Cultura

MMTR - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais

MOC - Movimento de Organização Comunitária

NACOM - Núcleo de Arte, Comunicação e Cultura nas Comunidades

NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

NEDET – Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial

NIS – Número de Identificação Social

NRE – Núcleo Regional de Educação

OMDRS - Organização Mandacaru Dignidade e Resistência no Sertão

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PEA – População Economicamente Ativa

PIA – População em Idade Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PME – Plano Municipal de Educação

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário

PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPA-P – Plano Plurianual Participativo

PROEJA – Programa de educação de jovens e Adultos

PROINF – Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

PROINF JOVEM – Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (especial para juventude rural)

PROINF MULHER – Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (especial para grupo produtivos de mulheres)

ProJovem - Programa Nacional de Inclusão de Jovens

ProJovem Campo - Saberes da Terra - Programa Nacional de Inclusão de Jovens do Campo

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PROSISAL - Programa Emergencial e Estruturante para a recuperação da Cadeia Produtiva do Sisal Bahia.

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PSF – Programa Saúde da Família

PTDRSS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

PTDS – Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável

PTDSS – Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário

REFAISA - Rede de Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido

SAF – Secretaria Nacional de Agricultura Familiar

SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SDR – Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia

SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEAGRI - Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura do Estado da Bahia

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e pequenas Empresas

SECULT – Secretaria de Cultura do Estado da Bahia

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SEMA – Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia

SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia

SEPLANTEC – Secretaria de Planejamento, Ciências e Tecnologia

SEPROMI – Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia

SETAF – Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar do Estado da Bahia

SGF – Sistema de Gestão Fundiária

SIATER – Sistema Informatizado de ATER

SIM – Selo de Inspeção Municipal

SINTRACAL - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Empresas de fabricação, montagem e acabamento de Calçados de Jequié e região, sub-sede Conceição do Coité, Valente e Serrinha

SINTRAF Cansanção - Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Cansanção

SINTRAF Conceição do Coité – Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Conceição do Coité

SISUTEC – Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional

SIT – Sistema de Informações Territoriais

SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

SPM/PR – Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres da Presidência da República

STR Santaluz - Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Santaluz

SUAF – Superintendência de Agricultura Familiar do Estado da Bahia

SUASA - Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária

UAPAC - União das Associações dos Pequenos Agricultores de Cansanção

UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana

UESB – Universidade Estadual do Sudoeste Baiano

UFNB - Universidade Federal do Nordeste da Bahia

UNCME - União dos Conselhos Municipais de Educação

UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

UNEB - Universidade do Estado da Bahia

UNICAFES – União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado da Bahia

UNICAFES Bahia - União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária da Bahia

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

UTI – Unidade de Tratamento Intensivo

ZEE – Zoneamento Ecológico-econômico

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do Território de Identidade do Sisal	25
Figura 2 – Delimitação do Território do Sisal	25
Figura 3 – Índices de Performance Econômica e Social	32
Figura 4 – Percentual da população rural e urbana do Território	33
Figura 5 – Percentual da população rural e urbana do Território	33
Figura 6 – Projetos de infraestrutura PROINF - 2003-2014	45
Figura 7 – Políticas Públicas para Agricultura Familiar	46
Figura 8 – Políticas Públicas – Território do Sisal	46
Figura 9 – Ações do Governo do Estado no Território (2015-2016)	47

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução populacional do Território do Sisal	34
Gráfico 2 – Número de Assentamentos por Município	44
Gráfico 3 – Número de Famílias Assentadas por Município	44

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – População total, urbana e rural total e relativa (2010), População estimada em 2016, Densidade Demográfica e área territorial por município, PIB total e PIB per capita por município (2010)	31
Quadro 2 – População economicamente ativa (PEA), percentual de desocupação e População em idade ativa (PIA) – 2010	35
Quadro 3 – Evolução do Produto Interno Bruto a Preços Correntes – Território do Sisal (2010-2014)	40
Quadro 4 – Comunidades Quilombolas certificadas e identificadas – Território do Sisal – 2015	48
Quadro 5 – Dimensões do Desenvolvimento Rural Sustentável	52
Quadro 6 – Matriz de Objetivos, Estratégias e Metas	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução Populacional do Território do Sisal	34
Tabela 2 – Indicadores Socioeconômicos Território do Sisal, 2010	37
Tabela 3 – Pecuária: Efetivo de rebanhos - Território do Sisal (2015)	42
Tabela 4 – Dados da Agricultura Familiar – Território do Sisal (2015)	43

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
CAPÍTULO 1 – DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO	19
1.1. Histórico do Território	19
1.2. Caracterização do Território do Sisal	24
1.2.1. Aspectos Físicos e Ambientais do Território	24
1.2.2. Aspectos Populacionais e Socioeconômicos do Território.....	29
1.3. Desenvolvimento Sustentável no Território	48
1.3.1. Desafios e Potencialidades.....	51
CAPÍTULO 2 – MATRIZ DE PLANEJAMENTO: OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E METAS.....	58
2.1. Eixo 1 – Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Sócioprodutiva.....	58
2.2. Eixo 2 – Estrutura Fundiária e Acesso à Terra	66
2.3. Eixo 3 – Formação Cidadã e Organização Social	68
2.4. Eixo 4 – Infraestrutura e Serviços Públicos	75
CAPÍTULO 3 – GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DO PTDSS.....	79
3.1. Instrumentos Estratégicos para Gestão do Desenvolvimento.....	79
REFERÊNCIAS	82
APÊNDICES	86

Apresentação

O Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território do Sisal obedece ao manual de orientação disponibilizado pela Diretoria de Planejamento em Desenvolvimento Territorial da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN) em conjunto com a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), Superintendência de Desenvolvimento Territorial e Reforma Agrária da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e a Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade da Bahia (CET), pactuada com os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), inspirado no guia publicado pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Este Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável e Solidário (PTDSS) está organizado da seguinte forma: apresentação, que contempla a descrição do seu conteúdo; o histórico do processo de elaboração; referências sobre o Colegiado Territorial e sobre a edição anterior do Plano, publicada em 2010. Seguem mais três capítulos: no primeiro, apresenta-se um diagnóstico do Território de Identidade do Sisal que congrega 20 (vinte) municípios, contendo seu histórico, suas características e questões referentes ao desenvolvimento sustentável local. O texto registra dados populacionais, características geográficas e estatísticas. Também são contempladas informações sobre a cultura local e fatos relevantes que formaram a identidade sisaleira, com muita história de fibra e lutas. Ainda neste capítulo, os desafios e as potencialidades territoriais são destacados a partir das dimensões socioeconômica, sociocultural e educacional, ambiental e político-institucional.

A parte central do Plano corresponde ao segundo capítulo e traduz os anseios e as necessidades da população sisaleira, registrados na matriz de objetivos, estratégias e metas. Nela estão indicados os objetivos, as estratégias e as metas destinadas a atender demandas nas áreas de desenvolvimento econômico e ambiental com inclusão socioprodutiva; estrutura fundiária e acesso à terra; formação e organização social e infraestrutura e serviços públicos, em uma perspectiva que priorize a promoção do acesso de jovens e mulheres às políticas públicas como caminho para o empoderamento e fortalecimento das famílias, bem como a organização e fortalecimento das comunidades tradicionais.

O terceiro e último capítulo deste documento trata da gestão, acompanhamento e monitoramento do PTDSS, ações que serão feitas de forma compartilhada.

Contando com a experiência acumulada na elaboração da primeira versão do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDS) e a assessoria da equipe técnica do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), o Território do Sisal iniciou o processo de requalificação do plano em março de 2015, a partir da realização de uma plenária territorial de revisão/adequação do documento anterior.

O Colegiado Territorial do Sisal é composto por representantes de instituições governamentais e organizações da sociedade civil de todos os municípios que integram este Território de Identidade, classificado, aliás, como Território de Cidadania mobilizou-se para a qualificação deste plano, tornando-o, assim, ainda mais participativo. Assim, diretores do colegiado e atores sociais de diversos segmentos debateram e elaboraram proposições sobre temas como educação, meio ambiente, acesso à terra, cultura, comunicação e agricultura familiar, marcando o início de um longo trabalho de debates e inclusão de novos temas e atores no processo de participação da política territorial.

Durante a caminhada emergiram necessidades como a adequação de instrumentos e regras para atender a especificações da Lei 13.214/2014, que regulamenta a Política Territorial do Estado da Bahia e norteia o funcionamento do Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER) e dos Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (CODETERs), sendo uma das ações a confecção e aprovação do regimento interno do Colegiado em julho de 2015. Dessa forma o CODES Sisal¹, que já era um ambiente de debate da política territorial, passa a ser também um espaço de governança oficialmente reconhecido pelo governo.

Outra ação importante foi a reestruturação de Grupos de Trabalho Temáticos (GTs) existentes e a criação de novos, como forma de tornar o debate e a produção do PTDSS plural e representativa, exigindo a realização de várias oficinas destinadas a escuta social, foram mais de 40 reuniões nos municípios de

¹ Fruto da organização das entidades da sociedade civil do Território do Sisal, o CODES Sisal foi criado juridicamente em 2003 e reconhecido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2005.

Cansanção, Conceição do Coité, Retirolândia, São Domingos, Serrinha, Tucano, Santaluz e Valente com a presença de representantes de diversas entidades da sociedade civil e poder público de todo o Território.

Os grupos de trabalho são instâncias que compõem o Conselho de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sisal (CODES Sisal) e tiveram, em todo o processo de trabalho, atribuições indispensáveis como promover as mobilizações, fomentar o levantamento de demandas, coordenar as oficinas e seminários, acompanhar todo processo de discussão e de elaboração do PTDSS.

Para facilitar a participação popular, optou-se por realizar plenárias gerais e encontros de GTs, com a realização de reuniões em vários municípios, em um amplo processo de mobilização como forma de qualificar o debate e produção dos grupos e garantir a diversidade de participação. Nesse percurso, novos atores e temáticas, como jovens, mulheres e comunidades tradicionais foram sendo inseridos, enriquecendo ainda mais todo o processo.

Dessa forma, foram reestruturados os GTs de Meio Ambiente, Educação, Cultura, Comunicação, Mulheres, Juventude e Agricultura Familiar e criados os de Povos e Comunidades Tradicionais e Acesso à Terra.

CAPÍTULO 1 – Diagnóstico do Território

1.1. Histórico do território

A denominação Território do Sisal, em substituição à tradicional Região Sisaleira, originou-se nas novas propostas de políticas territoriais adotadas pelo Estado brasileiro a partir de 2003, com a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), e no ano seguinte, com a implantação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PNDSTR), no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). (SANTOS; COELHO NETO; SILVA, 2011).

No entanto, a proposta mais efetiva de demarcação da Região Sisaleira foi elaborada pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), abarcando 27 (vinte e sete) municípios do semiárido baiano, envolvendo quase a totalidade dos municípios que hoje compõem o Território do Sisal. Essa delimitação regional apoiou-se na concepção de regiões econômicas, tradicional divisão regional elaborada pela Secretaria de Planejamento, Ciências e Tecnologia (SEPLANTEC), adotada por longo tempo como unidade de planejamento e para fins de levantamento de informações de órgãos governamentais do estado da Bahia. Esse processo de regionalização significou recortar o estado da Bahia a partir das homogeneidades conformadas pelos sistemas produtivos que indicariam uma economia regional. (SANTOS; COELHO NETO; SILVA, 2011).

O histórico de ocupação do território brasileiro deu-se primeiramente pelo litoral da região Nordeste, com o surgimento das primeiras vilas açucareiras e da exploração do pau-brasil, subordinadas à coroa portuguesa. A necessidade de abastecimento e de mão de obra para as fazendas de cana-de-açúcar promoveu um processo de interiorização da colonização. O Recôncavo baiano foi o palco da chegada dos primeiros portugueses em missão oficial. Na época, as áreas interioranas ficaram conhecidas como o sertão – onde se insere o semiárido, o qual remetia a uma ideia de espaços vazios, desconhecidos e/ou a fronteira da colonização, por onde os bandeirantes adentravam na busca de minerais, novas

terras e povos indígenas autóctones para explorar e dizimar. (NEVES, 2007; LOBÃO, 2013 *apud* CERQUEIRA, 2015).

As atividades bandeirantes e as missões religiosas, somadas à expansão pastoril foram fatores de colonização do interior do Nordeste. No sistema de sesmarias - instituído pela coroa portuguesa no governo de D. João III (1534) - terras inóspitas eram repartidas para exploração pelos seus donatários. Segundo Lobão (2013), as sesmarias favoreceram a ocupação do sertão da Bahia, por duas principais famílias, a de Garcia D'Ávila e a de Antônio Guedes de Brito, as quais eram detentoras de fazendas de gado em extensões de terra que se desconhecem os limites. As fozes dos Rios Inhambupe, Itapicuru, Jacuípe, Paraguaçu e São Francisco, que drenam o sertão baiano, foram vias de acesso que levavam a ocupação do litoral ao interior, até as áreas das caatingas, devido à necessidade da pecuária do gado para transporte e comida e do cultivo de lavouras. (OLIVEIRA JR., 2014).

Os caminhos abertos nos sertões para lavouras, criação e circulação bovina foram fundamentais para a interligação de povoados e vilas, através de onde escoavam a produção local e a população circulava, construindo também habitações, ou seja, enquanto o gado traçava sua trilha sobre as terras, os colonizadores demarcavam seu território. (CERQUEIRA, 2015).

Na Bahia, o gado era criado de forma extensiva, numa estrutura latifundiária, como atualmente ainda é. A imagem do vaqueiro tornou-se importante para a ocupação do semiárido baiano, por ser ele o responsável, historicamente, pelo manejo dos rebanhos de gado, instalação e manutenção das fazendas. (OLIVEIRA JR., 2014).

Desde o início da colonização, destaca-se a existência de importantes fontes de renda como agropecuária, com destaque para a ovinocultura e os cultivos específicos da agricultura de subsistência, porém, foi à introdução do agave sisalana, planta originária do México que gerou transformações sociais e econômicas contribuindo para a fixação humana na Região Sisaleira da Bahia. A introdução do sisal na Bahia é registrada no início do século XX, mais propriamente no ano de 1903. A planta encontrou condições edafoclimáticas adequadas para o seu desenvolvimento, contudo apresentou um fraco desenvolvimento até finais de

1930, visto que havia um concorrente nativo amplamente utilizado pelas populações nordestinas: o caroá. O sisal alcançou papel de destaque por volta de 1940, quando o Governo Landulpho Alves passou a estimular o plantio como alternativa de sobrevivência para o sertanejo, aproveitando as condições favoráveis do mercado interno no contexto da II Guerra Mundial, quando houve um grande interesse e procura pela fibra, principalmente para o abastecimento da indústria naval. (NASCIMENTO, 2003).

Com o desenvolvimento do sisal, na década de 1940, as condições de isolamento dessa região começaram a mudar surgindo novas políticas públicas focalizadas e interessadas na integração do sisal à economia nacional através da exploração comercial da fibra do sisal, matéria-prima da região. Isto trouxe o nascimento de novos municípios que ainda hoje são marco na produção de sisal. É importante destacar a posição que o sisal passa gradativamente a ocupar no contexto regional, oferecendo também elementos para a construção de uma identidade e um sentimento de pertencimento regional. (SANTOS; COELHO NETO; SILVA, 2011).

A palavra sisal denomina tanto uma planta quanto a fibra que essa planta origina. A planta, com predominância para agave sisalana, é xerófila e se adaptou bem as condições físicas da região. Da palha dessa planta é possível obter uma fibra forte, de boa textura e biodegradável, utilizada para a produção de fios e cordas. Como é uma planta resistente à seca e essa fibra obtém boa remuneração no mercado nacional e internacional, seu cultivo transformou-se no pilar básico da economia dos municípios baianos (SANTOS; COELHO NETO; SILVA, 2010).

Até finais da década de 40, a fibra do sisal era extraída manualmente, nos conhecidos farrachos. A fibra era utilizada para a confecção de cabrestos, cordas, cordéis, sacarias etc., passando a ocupar lugares de destaque no mercado interno e externo, substituindo a cultura do caroá, anteriormente muito cultivada na região. A partir da década de 1950 com a política de industrialização implantada no país, o processo artesanal de desfibramento do sisal foi substituído pelo processo mecanizado através da máquina “Paraibana” ou “Motor de sisal”, modernizando de forma significativa o setor, e acarretando mudanças de destaque, alterando radicalmente as relações de trabalho. (CODES SISAL, 2010). A cultura do sisal

“operou uma profunda transformação social, criando riquezas, fixando populações, desenvolvendo a economia [...] criando enfim, uma civilização nova onde dantes, só reinava a descrença e a desolação” (MARQUES, 1978). Por tudo isso, o sisal foi considerado a “planta redentora”, recuperando econômica e socialmente, um extenso território que vivia em “extremo pauperismo”, com sua população flagelada pela pobreza, e sujeita periodicamente aos êxodos rurais. A cultura do sisal alcançou papel de destaque, na Bahia, entre 1938-1969, estimulada pelo Governo Landulpho Alves e pelas condições favoráveis do mercado. Assim sendo, o sisal foi dilatando as suas fronteiras, invadindo todo o nordeste baiano. (SILVA, 2012).

O plantio e o beneficiamento do sisal intensificaram o povoamento e fomentou o surgimento de vários municípios que hoje fazem parte do Território de Identidade do Sisal. Segundo Cerqueira (2015), os municípios que mais se destacaram na produção de sisal no ano de 2011 foram Santaluz, com um total de 33.000t, Conceição do Coité, com 26.400t, Valente, com 14.400t e Araci, com 13.200t no ano de 2011, os quatro juntos correspondem a 64,1% de toda fibra produzida no Território.

A fibra do sisal gera emprego e renda para muitas famílias que estão ligadas direta ou indiretamente a cadeia produtiva do sisal, e é um grande suporte econômico do Território até os dias atuais. A fibra é industrializada e convertida em corda, barbante, tapetes, sacos, bolsas, chapéus, vassouras e também em artesanato; além disso, tem utilização industrial na fabricação de pasta celulósica, que dará origem ao papel Kraft, de alta resistência, e a outros tipos de papel fino, cigarros, filtros, papéis dielétricos, absorventes higiênicos, fraldas etc., e ainda na indústria de plástico reforçado. Porém, a principal utilização da fibra do sisal é na fabricação de fios agrícolas (*twines*), que são fios torcidos, elaborados a partir de fibras de sisal paralelizadas e individuais que, necessariamente, terão uniformidade de peso por comprimento e serão tratadas contra roedores, mofo e putrefação. (SOUZA; 1998, apud SILVA, 2008, ALVARENGA JÚNIOR, 2012).

Além da extração da fibra, o sisal oferece a mucilagem, amplamente utilizada na complementação alimentar dos rebanhos de ovinos, caprinos e bovinos, bem como, o suco e as buchas, e ainda, nos períodos de estiagens prolongadas, transformam-se os campos de sisal em pastagens para alimentar e garantir a

sobrevivência dos rebanhos. Além do sisal, o fortalecimento da agricultura familiar constitui-se, portanto, como estratégia para o Território através da geração de renda, contribuindo com a fixação do homem no campo e principalmente devido à importância do cultivo orgânico, contribuindo para o uso racional do meio ambiente e garantia da qualidade de vida.

Apesar de não ser produzido em toda a extensão territorial, o cooperativismo e associativismo existentes no beneficiamento do sisal, é responsável por toda organização produtiva, desde o plantio até a venda. Destaca-se a Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia, criada em 1980 no Território do Sisal, com diretorias nos municípios de Serrinha, Ichu, Valente e Araci, estendendo suas ações até 05 municípios sisaleiros: Cansanção, Queimadas, Santaluz, Retirolândia e Itiúba, os quais detêm batedeiras comunitárias da fibra do sisal (LOBÃO, 2015 *apud* CERQUEIRA, 2015).

A Associação de Desenvolvimento Sustentável Solidário da Região Sisaleira (APAEB) do município de Valente, destaca-se das demais pela sua atuação sendo responsável pelo fomento da produção e beneficiamento, rompendo barreiras e vícios locais. A exportação de tapetes e carpetes acompanhada do marketing de ser um produto não poluente tem sido um catalisador na produção sisaleira local (LOBÃO, 2015 *apud* CERQUEIRA, 2015).

Além da importante contribuição da cadeia produtiva do sisal na história do Território, destaca-se também a luta contínua dos movimentos sociais com destaque para a atuação de organizações e movimentos de luta pela terra e pelos direitos humanos, visando à melhoria de vida das pessoas e o desenvolvimento econômico local. Diante do grande esforço dos atores sociais e das instituições locais pelo avanço das políticas públicas de desenvolvimento territorial, o Território do Sisal continua com altos índices de pobreza, exclusão social e baixo dinamismo econômico. Segundo Oliveira e Dias (2015), as condições sociais da população do Território do Sisal são ainda críticas, herança de um processo de exclusão socioeconômica ainda não superado, considerando que, ainda nos dias atuais, os grandes investimentos públicos e privados são canalizados para as áreas de maior dinamismo econômico, mantendo e aprofundando as desigualdades regionais e sub-

regionais. Destaca-se ainda as culturas de subsistência de milho, feijão, mandioca, hortaliças e criação de aves.

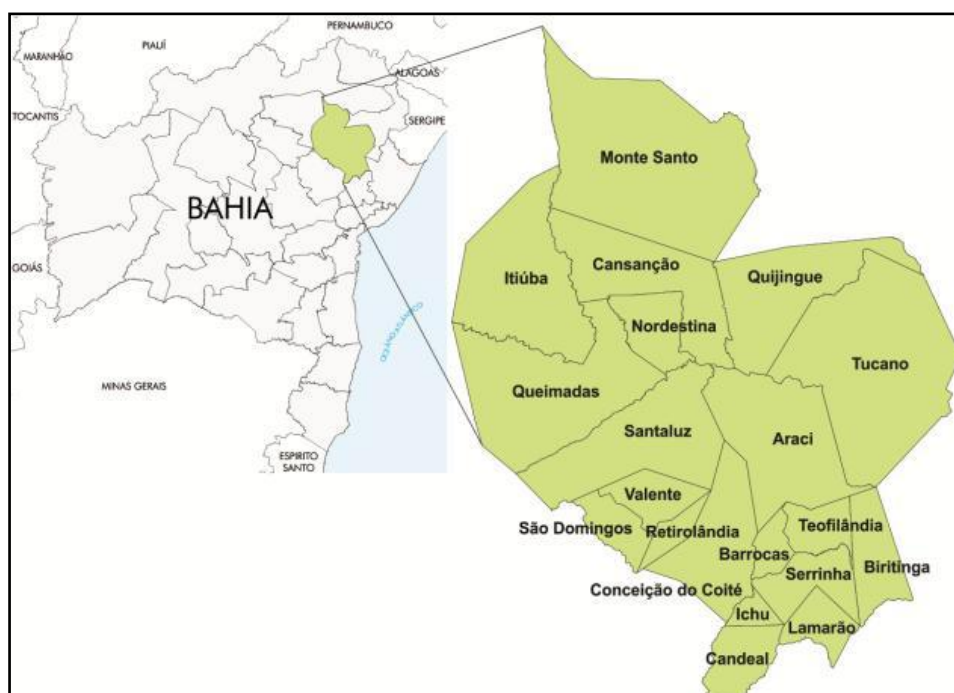
1.2 Caracterização do Território do Sisal

1.2.1 Aspectos Físicos e Ambientais do Território

O Território do Sisal é um dos 27 Territórios de Identidade da Bahia. Este Território está localizado na macrorregião do Semiárido baiano e é formado por 20 municípios que expressam uma identidade histórica e sociocultural, principalmente relacionado à cultura do sisal e as características físicas locais, são eles: Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Queimadas, Retirolândia, São Domingos, Quijingue, Nordestina, Santaluz, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente. O Território do Sisal é caracterizado por municípios geograficamente grandes, cuja extensão territorial total é de 20.292,70 km², correspondendo a 3,6% da área total do Estado da Bahia, que é de 564.692,64 km² (ZEE BAHIA, 2011; IBGE, 2015). Dentre os municípios, nove apresentam área superior a 1.000 km², sete com área de 300 km² a 1.000 km², e quatro com área inferior a 300 km², conforme dados apresentados no Quadro 1 abaixo (página 28).

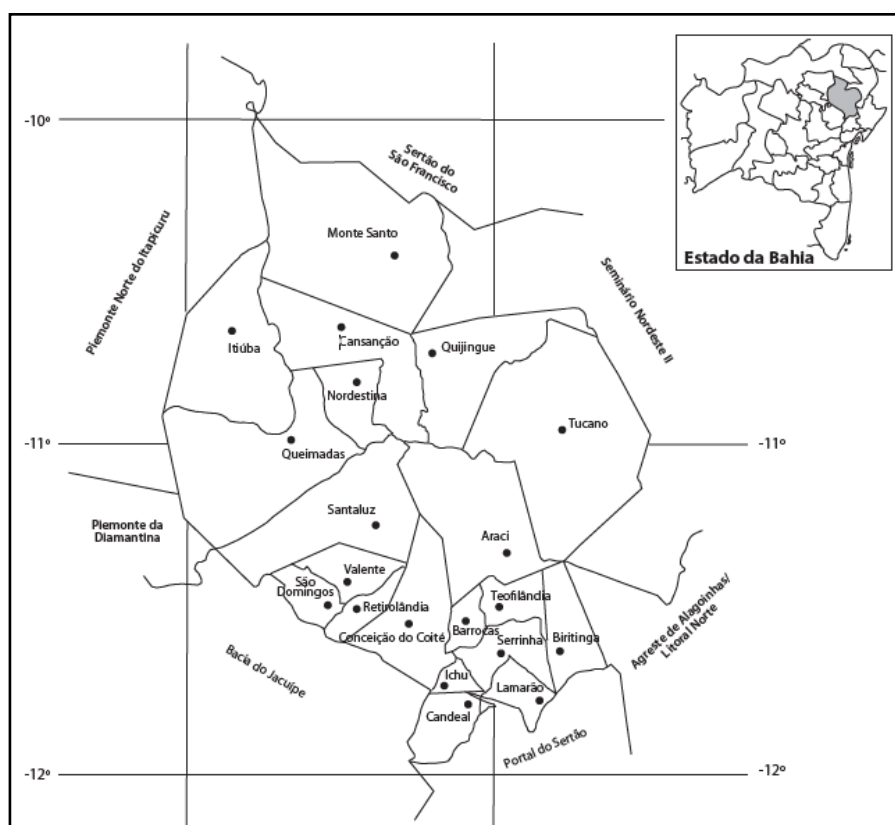
As principais vias de acesso ao Território, partindo da capital do Estado Salvador, são as BRs 324 e 116, em seguida as BAs 416 e 405. Os primeiros municípios localizam-se aproximadamente a 200 km da capital. O Território do Sisal limita-se com os Territórios Portal do Sertão, Bacia do Jacuípe, Piemonte da Diamantina, Piemonte Norte do Itapicuru, Sertão do São Francisco, Semiárido Nordeste II e Agreste de Alagoinhas (Mapas Figuras 1 e 2). No Território do Sisal a distância é relativamente pequena entre as sedes dos municípios. As cidades são geograficamente próximas umas das outras com ampla capacidade de articulação entre si. Os povoados estão interligados por uma rede de estradas não pavimentadas, que servem de ligação do meio rural à sede do município e também como ligação entre os próprios municípios.

Figura 1 – Localização do Território de Identidade do Sisal no estado da Bahia



Fonte: Cartilha ZEE – Caracterização dos Territórios de Identidade, 2015

Figura 2 – Delimitação do Território do Sisal



Fonte: Bahia, 2007

O Território do Sisal apresenta uma grande deficiência com relação às ferrovias e hidrovias. A única ferrovia existente não tem condições estruturais de garantir o escoamento da produção e os rios não são naturalmente navegáveis, comprometendo o deslocamento e consequentemente o desenvolvimento socioeconômico da região. Portanto, fez-se necessário investir no sistema rodoviário, a fim de garantir o direito de livre circulação das pessoas, bem como, o avanço econômico do Território através do intercâmbio comercial local, nacional e internacional.

O Território do Sisal está inserido na região Semiárida caracterizada por apresentar irregularidade na distribuição e quantidade de precipitações pluviométricas, com dois períodos chuvosos anuais: um no verão, com chuvas torrenciais e altas taxas de evapotranspiração; outro no inverno, associado às frentes frias, alguns anos são mais chuvosos alternados irregularmente com anos de secas. Possui índices pluviométricos entre 600 e 800 mm anuais, distribuídos principalmente no verão, o que demanda a ampla necessidade de armazenar água para a convivência com os meses de estiagens. O clima Semiárido do Território do Sisal apresenta altas temperaturas, com médias anuais entre 25° C e 30° C, cujas estações do ano não são bem definidas, dificultando a atividade produtiva rural e a sobrevivência da população. As elevadas taxas de evapotranspiração e insolação, em função da grande disponibilidade de energia no sistema, contribuem para a periodicidade da ocorrência de secas e por outro lado, para as chuvas torrenciais. (AB'SÁBER, 1974; LOBÃO, 2013 apud CERQUEIRA, 2015).

A composição litológica do semiárido baiano é formada por 70% de rochas ígneas e/ou metamorfizadas e 30% de coberturas sedimentares e da bacia sedimentar Recôncavo-Tucano. O Território do Sisal possui uma constituição geológica diversa sendo a maior parte das rochas cristalinas compostas por gnaisses e migmatitos do Cráton do São Francisco, constituindo um mosaico de unidades estruturais e comportam o *Greenstone Belt* do Rio Itapicuru. (CERQUEIRA, 2015).

A estrutura cristalina compõe o embasamento rochoso de serras e maciços dispostos na depressão sertaneja. Na extensão leste do Território do Sisal localiza-se parte da bacia sedimentar Recôncavo-Tucano, com tabuleiros friáveis formados

de arenitos, conglomerados e folhelhos. A disposição e estrutura das rochas do território refletem diferentes feições de relevo, condicionando o perfil morfodinâmico e pedológico da paisagem. A unidade apresenta dois grandes compartimentos de relevo: a depressão sertaneja periférica e interplanáltica (oeste) e os tabuleiros sedimentares da bacia sedimentar (leste). A depressão, formada por processos de pediplanação (CASSETI, 2005 apud CERQUEIRA, 2015), é limitada por relevos planálticos de serras e residuais cristalinos - cabeceiras de drenagem e interflúvios da Bacia Hidrográfica do Rio Itapicuru, que comportam pedimentos funcionais, retocados por drenagem incipiente. Os tabuleiros abrigam formas de dissecação e aplanamentos embutidos, com encostas íngremes, formadas por feições e superfícies expostas à erosão acelerada, o que indica suscetibilidade à vulnerabilidade ambiental. (CERQUEIRA, 2015).

As estruturas geológicas atreladas aos agentes intempéricos geraram compartimentos de relevo no Território do Sisal de 120 a 920 m de altitude. As superfícies de maiores cotas correspondem às áreas de topo de relevos e encostas; as altitudes menores relacionam-se com os terraços da Bacia Hidrográfica do Rio Itapicuru, e com as áreas confinadas na depressão. Os topos dos tabuleiros apresentam altitudes elevadas, entretanto, declividade menor que 2º de inclinação, aumentando exponencialmente para as bordas escarpadas. Grandes extensões de terras do Território do Sisal compõem-se de baixas declividades, onde ocorrem as atividades agropecuárias, principalmente as áreas de acumulação e do pediplano, em destaque nas porções oeste e noroeste. Em contraste, as serras e residuais detêm declividade alta, que aumentam gradativamente do sopé para o topo. (CERQUEIRA, 2015).

Em relação à rede hidrográfica do Território do Sisal, destaca-se principalmente a bacia do rio Itapicuru e a sub-bacia do rio Jacuípe, afluente do rio Paraguaçu, um dos mais importantes rios que corta o território baiano. Esses dois rios são importantes recursos hídricos para as atividades agropastoris e de abastecimento humano na região. As bacias hidrográficas são formadas por rios intermitentes o que compromete a disponibilidade de águas em alguns períodos do ano.

O conjunto de fatores naturais forneceu ao Território do Sisal uma estrutura favorável à formação do bioma Caatinga. O nome Caatinga significa *mata branca* em tupi-guarani, fazendo uma referência à vegetação desse bioma que pode perder sua folhagem durante um determinado período do ano, apresentando um aspecto esbranquiçado sem que isso resulte em sua morte, como forma de sobrevivência diante da escassez hídrica. Estudos revelam um alto número de espécies endêmicas de flora e de fauna, encontradas exclusivamente nesse Território. A vegetação se caracteriza por arbustos tortuosos, com aspecto seco e esbranquiçado por quase todo ano. A vegetação da Caatinga é composta por plantas xerófitas, formada por espécies que desenvolveram mecanismos para sobreviverem em um ambiente com poucas chuvas e baixa umidade. Nesse bioma são comuns árvores baixas, arbustos e espinhos presentes em muitas espécies vegetais. Nos cactos, por exemplo, eles são folhas que se modificaram ao longo da evolução, fazendo com que a perda de água pela transpiração seja menor.

A biodiversidade da Caatinga ampara diversas atividades e constitui em um rico potencial econômico que tem servido como meio de sobrevivência para muitas famílias carentes do Território do Sisal. O licurizeiro e o umbuzeiro têm papel de destaque na alimentação animal nos momentos de escassez alimentar por se constituírem em fontes nutritivos importantes para os animais e também para os humanos. Destaca-se ainda o algodoeiro de seda, o caroá, o mandacaru, o umbuzeiro, a barriguda, o icó, a baraúna, o faveleiro, o pau ferro, o ouricuri, e a umburana, além de uma grande variedade de cactáceas. Esse ecossistema permitiu que as populações da região pudessem suprir suas necessidades de vestimenta, alimentação, medicamentos, energia e habitação, abastecendo ainda as demandas do capital mercantil, sobretudo da indústria tradicional, como as fibras e oleaginosas (CODES, 2010). É essa rica diversidade que garante a vida humana e animal numa região com grandes diversidades climáticas e pouca atenção pelo Estado quanto às políticas públicas.

Apesar da sua importância, o Bioma Caatinga tem sido desmatado de forma acelerada no Território do Sisal, com mais intensidade nos últimos anos, devido principalmente ao consumo de lenha nativa explorada de forma ilegal e insustentável, agricultura e em especial o cultivo das lavouras de sisal associada à

pecuária. O desequilíbrio provocado pela exploração predatória tem causado profundos problemas para o Território. O manejo e a conservação dos recursos ambientais realizados de forma irresponsável, associados aos grandes períodos de escassez de água aumentam as dificuldades para manter a vida na região.

O desmatamento da caatinga para abertura de áreas agropastoris, sem levar em consideração o sistema de rebrotamento das espécies e a estrutura das camadas do solo; a extração de água de subsolo sem medidas de conservação dos lençóis freáticos; o pisoteio animal em margens de rios sem manejo adequado que evite a compactação do solo e, ainda, a poluição hídrica ocasionada pelo lançamento de efluentes e resíduos químicos oriundos de fertilizantes e pesticidas são processos rotineiros no Território do Sisal, aliados a atividades agropecuárias que, ironicamente, resultam em uma gradativa queda de produtividade biológica e agrícola, remetendo o ambiente à vulnerabilidade (CERQUEIRA, 2015). A derrubada e queimada da Caatinga causam impactos na flora, fauna e solos do Território.

1.2.2 Aspectos Populacionais e Socioeconômicos do Território

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentados no Quadro 1 abaixo (página 28), a estimativa populacional do Território do Sisal para o ano de 2016, era um total de 623.945 habitantes, ou seja, 41.616 a mais que em 2010, quando foram registrados 582.329 habitantes (IBGE, CENSO 2010). Conforme estimativa do IBGE, a taxa de crescimento na região, para o período 2010 para 2016, é de 7,15%. O município de Serrinha continua sendo o mais populoso, registrando em 2010 um total de 76.762 habitantes, seguido por Conceição do Coité com 62.040 hab., Tucano com 52.418 hab., Monte Santo com 52.338 e Araci com 51.651 habitantes, sendo estes, os cinco maiores municípios em população.

Ichu é o município de menor população, contabilizando em 2010 um total de 5.255 habitantes, seguido de Candéal, com 8.895 habitantes, São Domingos com 9.226 habitantes e Lamarão com 9.560 habitantes. A população dos quatro municípios menos populosos (com menos de 10.00 habitantes) soma 32.936 habitantes, representando aproximadamente 5,65% da população total do território. Somam-se oito, o total de municípios deste território que possuem mais de 30 mil habitantes: Araci, Cansanção, Conceição do Coité, Itiúba, Monte Santo, Santaluz,

Serrinha e Tucano, totalizando 398.068 habitantes ou 68,36% da população total do Território, ou seja, mais da metade da população vive nestes municípios.

Da população total do território, 249.167 habitantes, residem na zona urbana (equivalente a 43% do total) e 333.162 habitantes, residentes da zona rural (equivalente a 57% do total), ou seja, mais da metade da população do território residem na zona rural, como mostra dados registrados no Quadro 1 abaixo, onde é possível notar também a densidade demográfica do Território. Em média, o Território do Sisal tem uma densidade demográfica de 28,70 hab./km², maior do que a densidade média do Estado da Bahia que é de 24,82 hab./km² (em 2010). Se analisarmos os dados dos municípios do Território do Sisal (Quadro 1), separadamente, percebe-se que, por exemplo, em 2010, 60% dos municípios tinham densidade inferior a 40 hab./km².

As informações sobre o Produto Interno Bruto – PIB total e o PIB Per capita do Território, também são descritas no Quadro 1 abaixo, e verifica-se que no ano de 2010, a riqueza total produzida em toda atividade econômica da região foi de R\$ 3,8 bilhões e o PIB per capita anual foi de R\$ 116 mil. Percebe-se com os dados, que o município de Barrocas foi o que registrou o maior PIB per capita no período, de R\$ 10,9 mil, enquanto que o município que apresentou o menor montante foi Lamarão, com R\$ 4,0 mil. O município de Serrinha se destaca como o maior PIB anual do Território, com R\$ 684,8 milhões.

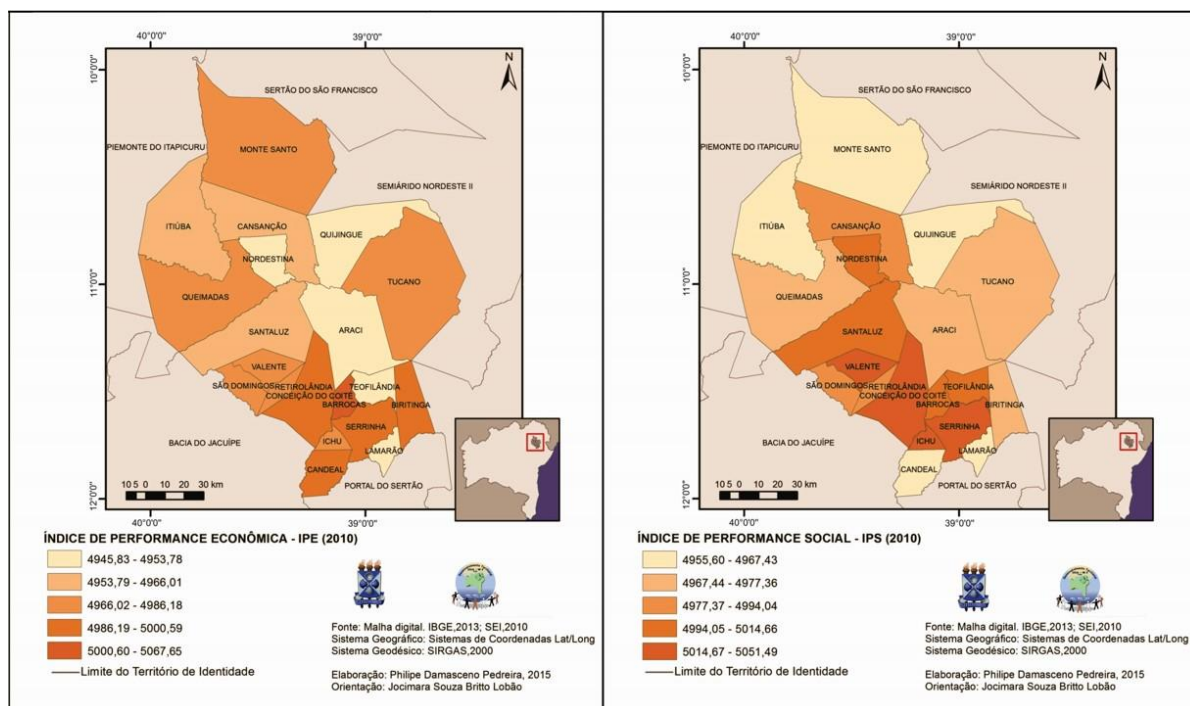
Quadro 1 – População total, urbana e rural total e relativa (2010), População estimada em 2016, Densidade Demográfica e área territorial por município, PIB total e PIB per capita por município (2010)

Município		População – 2010 ¹ (Nº Habitantes)					População (Estimativa 2016) ²	Densidade Demográfica (hab./ km ²)	Área territorial (km ²)	PIB ³ (R\$ Mil)	PIB ⁴ Per Capita (R\$)
		Total	Urbana	%	Rural	%					
1	Araci	51.651	19.638	38,0	32.013	62,0	55.637	33,19	1.556,142	297.789	5.350,63
2	Barrocas	14.191	5.695	40,1	8.496	59,9	16.167	70,61	200,965	169.152	10.934,20
3	Biringa	14.836	3.517	23,7	11.319	76,3	16.628	26,97	550,079	80.139	5.092,43
4	Candeal	8.895	3.476	39,0	5.419	61,0	8.894	19,98	445,097	43.901	4.801,58
5	Cansanção	32.908	11.021	33,5	21.887	66,5	36.105	24,62	1.336,755	180.145	5.142,73
6	Conceição do Coité	62.040	36.278	58,5	25.762	41,5	67.875	61,06	1.016,006	520.445	7.753,26
7	Ichu	5.255	3.365	64,0	1.890	36,0	6.418	41,16	138,147	30.129	4.809,03
8	Itiúba	36.113	9.699	26,9	26.414	73,1	37.500	20,96	1.722,757	188.529	4.918,57
9	Lamarão	9.560	2.085	21,8	7.475	78,2	9.099	45,74	209,066	38.947	4.026,36
10	Monte Santo	52.338	8.845	16,9	43.493	83,1	52.015	16,43	3.186,382	265.207	4.832,14
11	Nordestina	12.371	3.921	31,7	8.450	68,3	13.552	26,38	468,889	57.834	4.376,07
12	Queimadas	24.602	12.492	50,8	12.110	49,2	26.525	12,13	2.027,872	147.000	5.648,86
13	Quijingue	27.228	6.377	23,4	20.851	76,6	28.556	20,28	1.270,485	154.125	5.315,40
14	Retirolândia	12.055	6.722	55,8	5.333	44,2	14.627	66,43	181,461	80.599	6.156,35
15	Santaluz	33.838	20.795	61,5	13.043	38,5	38.219	21,65	1.563,289	251.328	6.894,77
16	São Domingos	9.226	5.916	64,1	3.310	35,9	9.381	28,22	326,947	52.465	5.342,66
17	Serrinha	76.762	47.188	61,5	29.574	38,5	82.621	122,97	613,695	684.855	8.335,94
18	Teofilândia	21.482	6.692	31,2	14.790	68,8	23.319	64,02	335,535	115.951	5.069,33
19	Tucano	52.418	21.958	41,9	30.460	58,1	52.381	18,73	2.758,783	337.094	6.027,82
20	Valente	24.560	13.487	54,9	11.073	45,1	28.426	63,90	384,345	161.449	5.943,93
TOTAL		582.329	249.167	42,8	333.162	57,2	623.945	28,70	20.292,70	3.857.083	116.772,06

Fonte: ¹IBGE, Censo 2010; ²IBGE Cid@des; ³Série revisada, 2013; ⁴Série revisada, 2013

Os mapas abaixo (Figura 3) apresentam dados do Território do Sisal, referentes aos índices: Índice de Performance Econômica – IPE (2010) e Índice de Performance Social – IPS (2010).

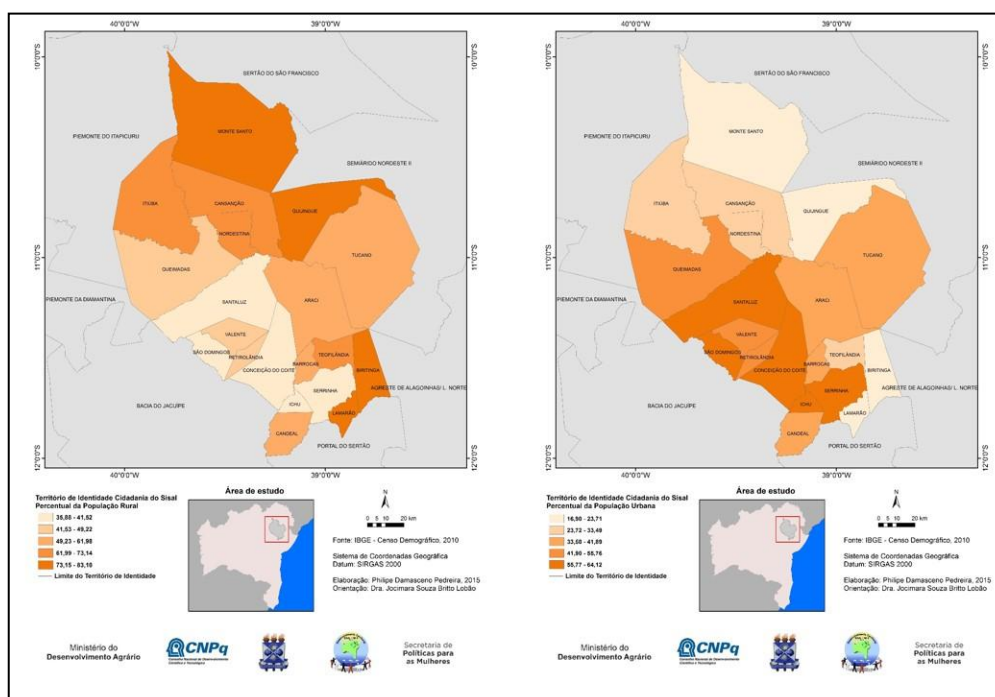
Figura 3 – Índices de Performance Econômica e Social



Fonte: Elaboração equipe NEDET/UEFS – Philipe Damasceno Pedreira (Bolsista); Prof.^a Jocimara Souza Britto Lobão - 2015

A Figura 4 apresenta o Mapa do Território do Sisal que mostra informações referentes ao percentual da população rural e da população urbana por município, onde verifica-se as faixas percentuais entre os municípios com maior e menor população rural e maior ou menor população urbana.

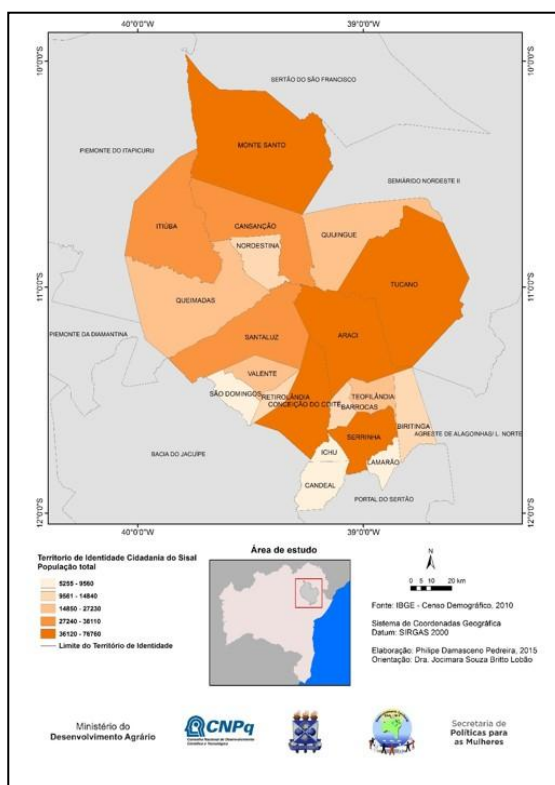
Figura 4 – Percentual da população rural e urbana do Território



Fonte: Elaboração equipe NEDET/UEFS – Philipe Damasceno Pedreira (Bolsista); Prof.^a Jocimara Souza Brito Lobão – 2015

O Mapa apresentado na Figura 5 abaixo, mostra dados da população total por município do Território do Sisal.

Figura 5 – Percentual da população rural e urbana do Território



Fonte: Elaboração equipe NEDET/UEFS – Philipe Damasceno Pedreira (Bolsista); Prof. Jocimara Souza Brito Lobão – 2015

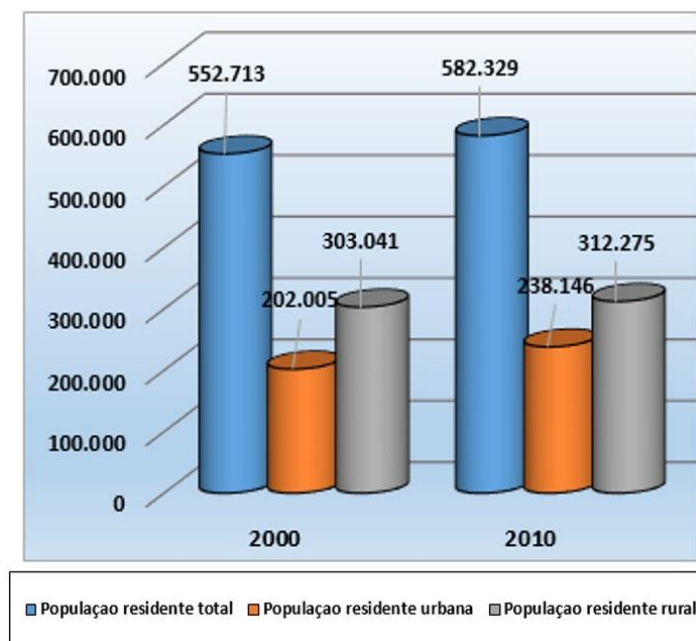
A Tabela 1 e o Gráfico 1 apresentam informações da evolução populacional do Território do Sisal, verificando a população residente total, população urbana e população rural, entre os anos de 2000, 2010 e 2016 (estimativas), conforme dados do IBGE (Censo 2010).

Tabela 1 – Evolução Populacional do Território do Sisal

Ano	População residente total	Variação (%)	População residente urbana	Variação (%)	População residente rural	Variação (%)
2000	552.713	-	202.005	-	303.041	-
2010	582.329	5,36	238.146	17,89	312.275	3,05
2016	623.945 ¹	7,15	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Censo 2010; 1-Estimativa

Gráfico 1 - Evolução populacional do Território do Sisal



Fonte: IBGE, Censo 2010

Em números absolutos e percentuais, percebe-se no Gráfico 1 que a população urbana cresceu mais do que a população rural, entre 2000-2010. No entanto, é importante advertir que, apesar de 42,8% (cerca de 238 mil habitantes) da população do Território do Sisal residirem em localidades urbanas, boa parte da população urbana vive de 'atividades rurais' (CODES SISAL, 2010, p. 34).

O Território do Sisal sempre foi caracterizado por uma elevada taxa de informalidade, com grande parte de sua População Economicamente Ativa (PEA) em empregos informais e mal remunerados, e por uma elevada taxa de

desocupação da População em Idade Ativa (PIA), principalmente nos períodos de escassez de água. É visível a dificuldade do Território do Sisal em gerar empregos formais (de carteira assinada) e a grande dependência dos empregos públicos, principalmente aqueles relacionados aos municípios. O Quadro 2 apresenta dados de 2010 sobre a PEA, PIA e Taxa de desocupação, segundo os municípios do território.

Quadro 2 – População economicamente ativa (PEA), percentual de desocupação e População em idade ativa (PIA) – 2010

	Pessoas desocupa- das	População Economicamente Ativa (PEA)	% de desocupação (desocupados/PEA)	População em Idade Ativa (PIA)
Bahia	714.319	6.555.397	10,9	11.764.109
Sisal total	19.121	263.991	7,2	481.484
Araci	1.461	22.007	6,6	41.569
Barrocas	478	7.625	6,3	11.726
Biritinga	298	6.358	4,7	12.359
Candeal	233	4.243	5,5	7.558
Cansanção	602	14.459	4,2	26.781
Conceição do Coité	2.073	31.905	6,5	51.570
Ichu	159	2.367	6,7	4.450
Itiúba	691	14.416	4,8	29.421
Lamarão	282	4.047	7,0	7.889
Monte Santo	1.022	21.204	4,8	42.962
Nordestina	441	4.791	9,2	10.195
Queimadas	1.275	10.941	11,7	20.342
Quijingue	423	10.961	3,9	22.523
Retirolândia	518	5.844	8,9	10.212
Santaluz	1.595	15.541	10,3	28.009
São Domingos	385	4.883	7,9	7.842
Serrinha	3.711	36.908	10,1	64.147
Teofilândia	540	9.362	5,8	17.484
Tucano	2.049	23.186	8,8	43.499
Valente	884	12.942	6,8	20.945

Fonte: IBGE, 2010 - Censo Demográfico. Resultados da Amostra. Cálculos da SEI.

No que se refere aos indicadores socioeconômicos do Território do Sisal, é importante destacar os principais índices de desenvolvimento, observados no Quadro 2 acima. Considerando o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH criado originalmente para medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita), variando de zero (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total), os municípios do Território do Sisal, conforme Atlas de Desenvolvimento Humano (2013), possuem índices que refletem a falta de investimento público na educação e a dificuldade de

dinamização das atividades produtivas. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) mudou a metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) 2013, segundo a ONU, o indicador “educação” se tornou mais rigoroso ao exigir mais escolaridade para que um município tenha IDH maior. Por definição, países, estados ou municípios com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado muito baixo; com índices entre 0,500 e 0,599 são considerados de baixo desenvolvimento humano; com índices entre 0,600 e 0,699 são considerados de médio desenvolvimento humano; com índices entre 0,700 e 0,799 são considerados de alto desenvolvimento humano e com IDH maior que 0,800 até 1 tem muito alto desenvolvimento humano. O Território do Sisal possui índice de 0,581 considerado baixo IDH pela ONU, por inserir-se na escala entre 0,500 – 0,599. (<http://atlasbrasil.org.br/2013/>).

O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM, apresentado também na Tabela 2 abaixo, acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego & renda, Educação e Saúde. Esse índice varia de 0 (mínimo) a 1 ponto (máximo) para classificar o nível de cada localidade em quatro categorias: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4 a 0,6), moderado (de 0,6 a 0,8) e alto (0,8 a 1) desenvolvimento. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade. A média aproximada do IFDM do Território do Sisal está em 0,5, considerado regular. (<http://www.firjan.com.br/ifdm/>).

Outro indicador social importante é o Índice de Gini, o qual trata-se de uma medida de desigualdade utilizada comumente para calcular a desigualdade de distribuição de renda, podendo também ser usada para qualquer distribuição, como concentração de riqueza, de terra, entre outras. O Coeficiente de Gini consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade (no caso do rendimento, por exemplo, toda a população recebe o mesmo salário) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa recebe todo o rendimento e as demais nada recebem). O índice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais (é igual ao coeficiente multiplicado por 100). No caso do Território do Sisal, esse índice se apresenta na faixa de 0,52 ou 52%, considerado de médio a baixo, aproximando-se da média do Brasil que é de 0,53 (em 2010). (<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginibr.def>).

Tabela 2 – Indicadores Socioeconômicos Território do Sisal, 2010

	Município	IDH-M1	Perfil da Faixa	IFDM2	Índice de Gini3
1	Araci	0,534	Baixo	0,4362	0,57
2	Barrocas	0,610	Médio	0,5000	0,46
3	Biritinga	0,538	Baixo	0,4671	0,55
4	Candeal	0,587	Baixo	0,4364	0,44
5	Cansanção	0,557	Baixo	0,3855	0,57
6	Conceição do Coité	0,611	Médio	0,4421	0,48
7	Ichu	0,631	Médio	0,4739	0,47
8	Itiúba	0,544	Baixo	0,4790	0,56
9	Lamarão	0,518	Baixo	0,4171	0,50
10	Monte Santo	0,506	Baixo	0,4124	0,55
11	Nordestina	0,560	Baixo	0,4854	0,54
12	Queimadas	0,592	Baixo	0,4185	0,51
13	Quijingue	0,544	Baixo	0,4150	0,58
14	Retirolândia	0,636	Médio	0,4883	0,46
15	Santaluz	0,598	Baixo	0,4767	0,49
16	São Domingos	0,640	Médio	0,6433	0,47
17	Serrinha	0,634	Médio	0,5399	0,55
18	Teofilândia	0,566	Baixo	0,5514	0,55
19	Tucano	0,579	Baixo	0,4798	0,65
20	Valente	0,637	Médio	0,5056	0,49
	Média do Território	0,581	Médio	0,4727	0,52

Fonte: ¹PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano 2013; ²FIRJAN, 2010; ³PNAD, 2010.

As condições sociais da população do Território do Sisal são ainda críticas, herança de um processo de exclusão socioeconômica ainda não superado, considerando que, ainda nos dias atuais, os grandes investimentos públicos e privados são canalizados para as áreas de maior dinamismo econômico, mantendo e aprofundando as desigualdades regionais e sub-regionais. (OLIVEIRA; DIAS, 2015).

A atividade econômica do Território do Sisal gira em torno do setor primário com grande destaque para agropecuária, além do setor secundário com foco na indústria e mineração e o setor terciário que inclui o comércio e a prestação de serviço. A agropecuária se destaca em função da produção de sisal - Agave Sisalana Pierre - adaptada a períodos de grandes estiagens, caprinos, ovinos e bovinos, além da existência de um amplo número de pequenas propriedades com predominância das culturas de subsistência com o uso de espécies de ciclos rápidos a exemplo do milho, feijão e mandioca. Também importantes para as atividades econômicas são o sisal, a mamona, a palma, o sorgo, a algaroba e a pindoba. Em

épocas mais chuvosas, há uma variedade maior de culturas, com destaque para a fruticultura como estratégia de sobrevivência dos pequenos produtores familiares. A cultura do sisal se associa à pecuária extensiva, historicamente presente no Território.

Os ovinos, assim como os caprinos, são resistentes às condições ambientais da região semiárida, à pedregosidade dos solos, a carência hídrica e às elevadas temperaturas, favorecendo a pecuária extensiva dessas espécies. O criatório de ovino e caprino está presente na maioria dos municípios deste território, auxiliando positivamente no sustento direto e na complementação da renda familiar. O gado também está presente desde a sua formação, quando os caminhos e pastagens começaram a impulsionar o surgimento das primeiras comunidades e se estende até os dias atuais. O rebanho é destinado para corte e para a produção de leite e derivados. As atividades agropastoris representam a maior ocupação de terras no Território do Sisal. Em consonância ao pastoreio de ovinos, caprinos e bovinos desenvolvem-se cultivos agrícolas de subsistência e do sisal.

Os arranjos produtivos rurais mais importantes do território são a apicultura, a caprinocultura/ovinocultura e os cultivos de milho e sisal. A apicultura, no semiárido e especialmente neste território, tem sido estimulada por associações para diversificar a geração de renda, que possibilita o financiamento de equipamentos para pequenos produtores. No entanto, o arranjo ainda é caracterizado por estar ligado à atividade familiar, geralmente polivalente, mantendo outras atividades complementares. O manejo do solo tem baixo nível de tecnologia em seus processos produtivos. A caprinocultura/ovinocultura é bastante incipiente nesta região. O arranjo é executado de forma extensiva e configura uma atividade predominantemente familiar, se dividindo com outras atividades. Basicamente, este arranjo constitui uma atividade de fundo de quintal. O patamar tecnológico observado está direcionado para a produção de carne e produção leiteira, com o manejo do solo baseado em técnicas de baixo nível tecnológico. O milho é produzido com restrições hídricas neste território, não tendo rendimentos físicos elevados. Os principais agentes são o pequeno produtor familiar descapitalizado, que em geral, destina a sua produção para subsistência ou ração animal. O manejo do solo também pouco evolui com relação à tecnologia, tanto no que tange a insumos quanto as operações. (ZEE BAHIA, 2010).

O sisal é uma atividade econômica muito importante para o território, pela sua capacidade de absorção de mão de obra, pela sua própria importância econômica e capacidade de servir, também, como pastagem para os rebanhos, principalmente nos períodos de seca. Porém, ainda é reduzida a utilização desta planta em relação a seu potencial, a exemplo dos fios, tapetes, carpetes, barbante, cordas de sisal, fios agrícolas, manta de sisal, refugo e bucha de sisal, ficando os derivados mais modernos para serem produzidos fora do território. Esse fato retrata a dificuldade dos empreendimentos em absorverem as novas tecnologias que ampliem as opções e garantam um maior aproveitamento da planta e consequentemente o aumento da geração de emprego e renda no território.

O cultivo de sisal foi introduzido no Estado justamente neste território, que leva o nome do arranjo. A produção é fundamentalmente familiar, apesar de alguns registros de unidades de produção com natureza empresarial, e se baseia em técnicas de baixo nível tecnológico para o manejo do solo. A maioria das unidades de produção é de pequeno porte, no entanto, a Bahia detém 87% da produção brasileira de Sisal, concentrada em sua maior parte na região semiárida baiana. (ZEE BAHIA, 2010).

Segundo Cerqueira (2015), os municípios que se destacam na produção de sisal no Território são Santaluz, Conceição do Coité, Valente, e Araci, os quatro juntos correspondem a 64,1% de toda fibra produzida no Território. Apesar de não ser produzido em toda a extensão territorial, o cooperativismo e o associativismo existentes no beneficiamento do sisal são responsáveis por toda organização produtiva, desde o plantio até a venda. No município de Valente, destaca-se a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB) pela sua atuação, sendo responsável pelo fomento da produção e beneficiamento, rompendo barreiras e vícios locais e contribuindo direta e indiretamente com o sustento de várias famílias no território. A agropecuária e a extração vegetal, notadamente o sisal, assumem relevante função social por ocupar grande parte da força de trabalho da região (CERQUEIRA, 2015). O Produto Interno Bruto (PIB) é um indicador econômico resultante da soma de todos os bens e serviços produzidos pelos setores agropecuários, industriais e de serviços. No Território do Sisal o PIB total em 2014 foi de 4.100,46 (milhões de reais), resultando na renda per capita de 6.581,52 (unidades de reais), representando 1,8% do PIB

total do estado da Bahia, conforme Quadro 3. No período 2010-2014, observa-se uma evolução do PIB Territorial de 31,5%, passando de 2.808,99 (milhões de reais) para 4.100,46 (milhões de reais).

Quadro 3 – Evolução do Produto Interno Bruto a Preços Correntes – Território do Sisal (2010-2014)

Território de Identidade	R\$ milhões				
	2010	2011	2012	2013	2014 ⁽¹⁾
Estado da Bahia	154.419,55	166.602,82	182.572,53	204.844,27	223.929,97
Território do Sisal	2.808,99	3.053,74	3.418,08	3.880,33	4.100,46

Fonte: SEI / IBGE. (1): Dados sujeitos a retificação

O setor agropecuário, apesar de menor adição ao PIB territorial e nacional contribui significativamente para a sobrevivência da maior parte da população, principalmente os produtores da agricultura familiar que retiram das lavouras de subsistência, da plantação de sisal e da pecuária, com destaque para o criatório de ovinos, caprinos e bovinos, a viabilidade econômica para sobrevivência pessoal e familiar. No que corresponde ao setor empregatício urbano, destacam-se os empregos em setores como administração pública, indústria de transformação, comércio, serviços e construção civil. O comércio tem grande influência na disponibilidade de emprego no território, embora com grande deficiência quanto aos direitos trabalhistas.

O Território do Sisal apresenta uma cultura rica e diversificada. O samba de roda, o reisado, o mutirão, o boi roubado e as festas religiosas são manifestações que expressam a arte, cultura e religiosidade da população. Além dessa cultura popular de raiz rural, há também uma rica e variada cultura urbana e afro-brasileira, que já aflora e ganha espaço em muitos municípios, como é o caso do reggae, hip hop, grafite, capoeira, entre outras. Ainda como prova dessa diversidade cultural ressalta-se as fanfarras, as filarmônicas e até uma orquestra de violinos, formada através do Projeto Santo Antônio, sediada no município de Conceição do Coité.

São atrativos turísticos as festas religiosas, a exemplo das festas de padroeiros, em todos os municípios, a Lavagem da Igreja de Santo Antônio em Queimadas e a Festa de Todos os Santos no município de Monte Santo - romaria que culmina com a subida de um monte local em direção ao Santuário Santa Cruz.

As festas de Santo Antônio, São João, São Pedro e São Marçal compõem os festejos juninos.

Também fazem parte deste calendário, as semanas culturais dos municípios, cavalgadas e a Vaquejada de Serrinha. As Feiras da Agricultura Familiar, realizadas em todo o Território, são espaços de divulgação e comercialização da produção de Agricultores (as) Familiares. Eventos que contribuem para a preservação da cultura e o fortalecimento da economia local. O Território do Sisal também é parte do Mapa Nacional do Turismo com os municípios de Araci, Monte Santo, Serrinha e Tucano.

Uma importante contribuição que auxilia na movimentação da economia do território advém da transferência de recursos governamentais, principalmente através da previdência social e programas sociais de assistência à família de baixa renda, e da agricultura familiar local. São bastante restritas as possibilidades de geração de trabalho e renda na totalidade dos seus municípios. O Território do Sisal tem uma história de luta marcada pela articulação e mobilização de seus agentes envolvidos e empenhados no acesso as políticas públicas e consequentemente na melhoria da qualidade de vida da população. No entanto, o mesmo continua apresentando altos índices de pobreza, exclusão social, baixo dinamismo econômico que resulta no êxodo rural e na migração de muitas pessoas em busca de trabalho nas regiões mais desenvolvidas economicamente do Brasil. O fenômeno natural da seca, que também prejudica a produção rural e a qualidade de vida; a decadência da cadeia produtiva do sisal, baixo índice de produtividade e rendimento, e baixo nível tecnológico são outros entraves significantes para o desenvolvimento socioeconômico do Território do Sisal.

Com relação à pecuária extensiva no território, essa atividade registrou, com base no Censo Agropecuário (IBGE, 2015), 371 mil cabeças de gado. Os municípios de Queimadas, Itiúba, Tucano, Monte Santo e Conceição do Coité destacam-se por concentrar em torno de 47% da quantidade de bovinos. Por outro lado, o município de Ichu aparece como o menos expressivo, com 4.728 cabeças. Na pecuária confinada (Tabela 3) apresenta dados da criação de equinos, a qual, mesmo ocorrendo em todos os municípios do território, representa a menor quantidade de cabeças, com destaque para os municípios de Serrinha, Monte Santo e Tucano, que somam quase 33% do total. Também chama a atenção a criação confinada de galinhas, com um total de 828 mil cabeças, destacando o município de Serrinha com

207 mil cabeças. A criação de caprinos totaliza 232 mil cabeças, sendo o município de Monte Santo o maior criador, com 44 mil cabeças, enquanto que na criação de ovinos, o território se destaca com um total de 434 mil cabeças. Os municípios de Monte Santo, Tucano, Santaluz e Valente, representam 50% da criação total do território, com mais de 200 mil cabeças. A criação de Suínos é representada por um total de 69 mil cabeças em todo território.

Tabela 3 – Pecuária: Efetivo de rebanhos - Território do Sisal (2015)

	Bovinos (cab.)	Caprinos (cab.)	Ovinos (cab.)	Equino (cab.)	Galináceos (cab.)	Suínos (cab.)
Araci	22.127	10.800	9.396	1.338	91.410	9.792
Barrocas	6.318	803	1.323	292	26.215	2.093
Biritinga	14.369	250	1.000	735	30.000	1.510
Candeal	17.904	971	3.631	639	8.897	340
Cansanção	16.339	25.297	28.881	374	58.000	967
Conceição do Coité	25.273	12.911	36.850	744	37.300	7.641
Ichu	4.728	200	1.045	97	7.376	752
Itiúba	41.472	11.786	18.313	503	70.655	4.392
Lamarão	6.657	140	3.100	826	21.550	650
Monte Santo	24.247	44.842	68.411	1.250	35.500	12.750
Nordestina	6.784	6.308	7.348	213	17.500	1.000
Queimadas	48.636	10.373	21.908	516	22.000	1.977
Quijingue	23.684	15.163	26.182	497	21.300	465
Retirolândia	5.043	15.707	30.360	272	8.500	2.395
Santaluz	31.080	25.925	44.442	901	21.700	929
São Domingos	6.846	7.089	13.624	240	8.200	294
Serrinha	19.080	2.317	5.000	2.113	207.338	8.000
Teofilândia	11.047	2.475	7.790	602	70.000	7.250
Tucano	33.933	21.656	61.859	1.198	49.500	5.972
Valente	5.889	17.213	43.539	436	16.000	509
TOTAL	371.456	232.226	434.002	13.786	828.941	69.678

Fonte: IBGE, 2015 – Censo Agropecuário

Apesar de ser uma das principais atividades econômicas da região, a sustentabilidade da agricultura familiar coloca em evidência a questão do acesso e permanência do agricultor no campo. Percebe-se o enfretamento dos agricultores familiares com a concentração fundiária no território, além da sua produção está sujeita às variações constantes dos períodos de estiagem e as dificuldades no acesso aos serviços de assistência técnica, comercialização dos produtos e às linhas de crédito rural. Essas dificuldades estruturais fazem com que necessitem

criar alternativas para garantir a sobrevivência das suas famílias, principalmente contextualizada em ações de convivência com o semiárido.

Para os empreendimentos vinculados à agricultura familiar, este território ocupa a primeira posição em número de estabelecimentos no estado da Bahia, ou seja, o maior número de estabelecimentos familiares. Em 2006, o território apresentou pouco mais de 58 mil estabelecimentos de agricultura familiar, conforme dados da Tabela 4. Em termos de concentração, identificou-se principalmente em Monte Santo, seguido por Tucano, Araci, Conceição do Coité e Cansanção, onde o conjunto detém pouco mais da metade dos estabelecimentos de agricultura familiar no território. Por outro lado, o município de Ichu possui o menor número, com 512 destes estabelecimentos familiares. (ZEE BAHIA, 2010)

Tabela 4 – Dados da Agricultura Familiar – Território do Sisal (2015)

Município	Pessoal ocupado na agricultura familiar	Nº de estabelecimentos da agricultura familiar	DAP - Pessoa Física
Araci	5.846	17.776	4.947
Barrocas	1.488	5.076	1.965
Biritinga	2.188	6.314	2.802
Candeal	803	1.965	1.164
Cansanção	5.098	14.205	5.193
Conceição do Coité	5.194	1.443	5.965
Ichu	512	1.439	678
Itiúba	1.819	4.774	5.173
Lamarão	1.955	5.672	1.343
Monte Santo	7.767	22.372	10.117
Nordestina	1.306	3.651	1.671
Queimadas	2.548	6.917	1.853
Quijingue	4.255	13.024	3.126
Retirolândia	1.266	2.829	1.998
Santaluz	1.894	4.774	3.329
São Domingos	862	1.877	936
Serrinha	3.803	1.295	3.012
Teofilândia	2.485	7.672	2.192
Tucano	5.894	14.031	3.552
Valente	1.254	2.936	1.970
Total	58.237	164.684	62.986

Fonte: Caderno Territorial – SAF/Sit-MDA, 2015; IBGE, Censo Agropecuário, 2006

Em relação aos assentamentos rurais do Território do Sisal, o número total de famílias assentadas, estão distribuídos em 10 municípios, como mostra os Gráficos 2 e 3 abaixo. O maior número de assentamentos e de famílias assentadas, está

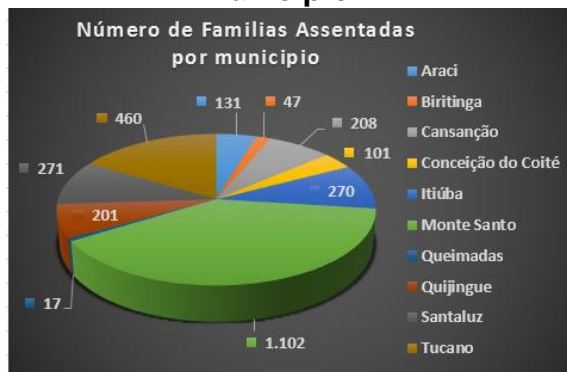
localizado no município de Monte Santo, com 36 assentamentos rurais e 1.102 famílias assentadas, respectivamente.

Gráfico 2 – Número de assentamentos por município



Fonte: INCRA (Planilha SEPLAN, 2014)

Gráfico 3 – Número de famílias por município



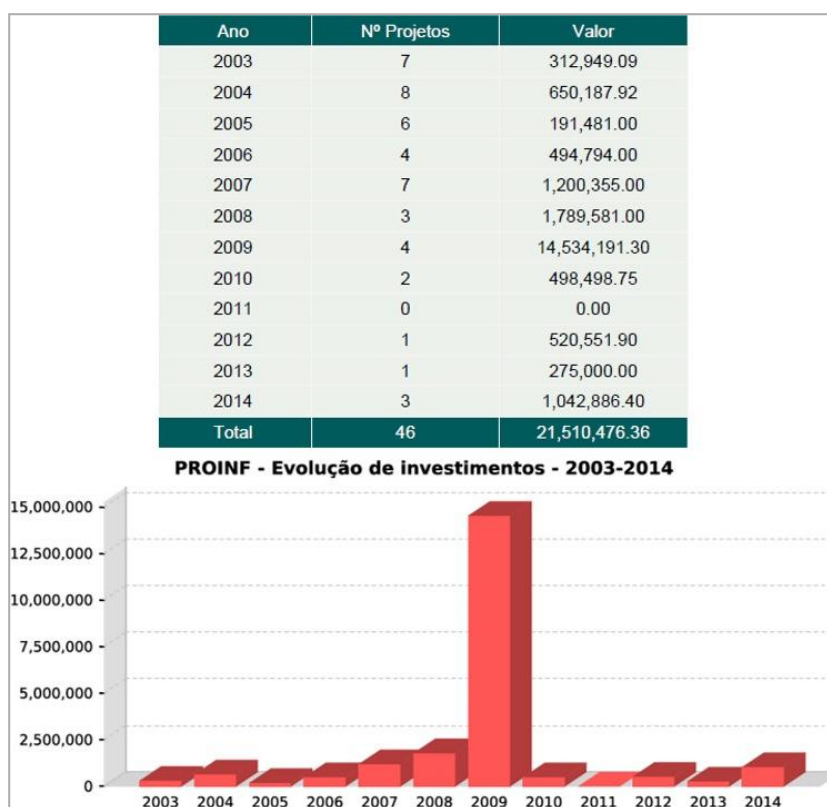
Contando atualmente com 58.237 estabelecimentos rurais, conforme dados do MDA/2015, a agricultura familiar é predominante no Território do Sisal, com foco principalmente na produção de subsistência, porém, com venda de excedentes e derivados, com exceção da fibra de sisal que é comercializada em sua totalidade. Com 7.767 estabelecimentos da agricultura familiar, o município de Monte Santo se destaca com o maior número no território, seguido de Tucano com 5.894 e Araci com 5.846 estabelecimentos. Os dados da Tabela 4, acima, mostram ainda um total de 164.684 pessoas ocupadas na agricultura familiar, sendo destaque também no território o município de Monte Santo com 22.372 pessoas ocupadas. Verifica-se ainda com base nas informações do MDA/2015, que o Território do Sisal, possui um total de 62.986 DAP – Físicas (Declaração de Aptidão ao Pronaf), sendo também, o município de Monte Santo com maior número de agricultores familiares com DAP-Física, totalizando 10.117.

Alguns programas de governo buscam facilitar a comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e do Programa Nacional da Alimentação Escolar – PNAE. Destaca-se também o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que busca dinamizar os estabelecimentos rurais através do fomento de crédito com linhas de financiamento específicas e com diversas modalidades. A agricultura familiar no Território do Sisal conta ainda, desde 2003, com o apoio de

recursos de investimentos através do Programa Nacional de Apoio a Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais – PROINF, conforme dados da Figura 6.

A assistência técnica é outra importante ação de política pública que apoia a agricultura familiar no Território do sisal, que por muito tempo era exclusivamente realizada pela a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA. No entanto, com o passar dos anos surgiram as organizações da sociedade civil, a exemplo MOC, FATRES, Fundação APAEB, UNICAFES, entre outras, que, por meio de projetos submetidos aos Editais e Chamadas Públicas do Estado, passaram a complementar o trabalho realizado pela EBDA, que no atual governo Ruy Costa, foi transformada em BAHATER – Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR.

Figura 6 – Projetos de infraestrutura PROINF - 2003-2014



Nas Figuras 7 e 8 apresenta-se o perfil territorial para as políticas públicas de apoio à agricultura familiar do Território do Sisal.

Figura 7 – Políticas Públicas para Agricultura Familiar

Município	ATER - Nº de Técnicos	Crédito Fundiário - Valores	PRONAF - Valores (R\$) (2013-2014)
Araci	17	1,140,643.19	1,461,532.90
Barrocas	5	0.00	236,615.14
Biritinga	3	0.00	1,286,771.50
Candeal	4	0.00	173,843.77
Cansanção	9	0.00	995,261.51
Conceição do Coité	12	0.00	2,721,501.23
Ichu	4	0.00	83,870.00
Itiúba	13	0.00	3,287,479.64
Lamarão	3	0.00	177,121.88
Monte Santo	22	0.00	4,319,229.30
Nordestina	4	0.00	551,186.93
Queimadas	10	775,092.00	1,178,474.38
Quijingue	4	0.00	2,249,884.74
Retirolândia	11	0.00	1,127,282.08
Santaluz	13	1,528,785.19	3,785,095.88
São Domingos	5	0.00	532,774.74
Serrinha	15	0.00	849,903.92
Teofilândia	3	0.00	1,519,285.06
Tucano	3	930,820.06	4,018,226.12
Valente	6	85,606.90	1,754,680.64
Total	166	4,460,947.34	32,310,021.36

Fonte: Caderno Perfil Territorial – Sisal, SAF/MDA (2015)

Figura 8 – Políticas Públicas – Território do Sisal

Município	Programa Bolsa Família - Famílias Beneficiadas	Programa Bolsa Família - Valor em R\$	PRONATEC - Matrículas acumuladas a partir de nov/2011	PAA - CONAB - Valor Total Proposta	PNAE - Aquisições (R\$) Previstas da Agricultura Familiar em 2012
Araci	10,386	1,594,483.00	358	0.00	342,146.80
Barrocas	2,344	449,971.00	0	0.00	48,510.70
Biritinga	3,120	696,265.00	0	0.00	49,511.20
Candeal	1,550	293,558.00	0	0.00	0.00
Cansanção	6,867	1,421,379.00	0	0.00	0.00
Conceição do Coité	10,554	1,575,008.00	585	0.00	0.00
Ichu	829	174,056.00	0	0.00	10,952.50
Itiúba	6,479	1,189,871.00	0	0.00	187,896.47
Lamarão	1,804	388,771.00	0	0.00	0.00
Monte Santo	9,376	1,948,914.00	0	0.00	0.00
Nordestina	2,132	438,847.00	0	0.00	29,009.30
Queimadas	4,905	1,008,554.00	0	301,548.00	0.00
Quijingue	5,308	849,106.00	0	0.00	0.00
Retirolândia	1,972	361,996.00	0	0.00	0.00
Santaluz	6,368	980,746.00	0	0.00	179,450.50
São Domingos	1,473	201,177.00	0	552,100.00	29,959.40
Serrinha	11,059	1,796,679.00	1,017	0.00	282,234.04
Teofilândia	3,420	586,984.00	0	0.00	76,958.00
Tucano	10,236	2,473,188.00	30	0.00	232,093.60
Valente	3,826	626,991.00	0	196,072.25	89,604.03

Fonte: Caderno Perfil Territorial – Sisal, SAF/MDA (2015)

Outras políticas públicas de inclusão produtiva e fortalecimento da agricultura familiar como ações do Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR, no período de 2015-2016, estão demonstradas na Figura 9.

Figura 9 – Ações do Governo do Estado no Território (2015-2016)

POLÍTICAS REALIZADAS 2015-2016	UND	QTDE	VALOR R\$
ATER MDA	SERVIÇOS	13.670	13,7 mi
ATER BAHIAPRODUTIVA	SERVIÇOS	504	504 mil
ATER BAHIAATER	SERVIÇOS	3.980	3,9 mi
DAPS VÁLIDAS	UNIDADES	52.003	-
PRONAF (Nº CONTRATOS)	CONTRATOS	6989	19,3 mi
PAA (CONAB) 2015	FORNECEDORES	188	-
PAA (CONAB) 2015	BENEFICIÁRIOS	11.264	-
PAA (CONAB) 2015 – VALOR PROPOSTA	R\$	-	1,1mi
PNAE 2014	AQUISIÇÃO AF	-	3,2 mi
TÍTULOS DE TERRA ENTREGUES	UNIDADES	877	-
SEMENTES DISTRIBUÍDAS (Kg)	Kg	323.594	-
GARANTIA SAFRA	ADESÕES	29.610	-
PROJ. PRODUTIVOS – BAHIA PRODUTIVA	PROJETOS	35	7,9 mi
AGROINDÚSTRIAS IMPLANTADAS	UNIDADES	1	-
MUDAS FRUTÍFERAS	UNIDADES	6.500	-
MUDAS DE PALMAS DISTRIBUÍDAS	UNIDADES	201.000	-
SELOS DA AGRICULTURA FAMILIAR	UNIDADES	93	-
FEIRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR	UNIDADES	1	-
BARREIRO TRINCHEIRA	UNIDADES	142	1 mi
CISTERNAS	UNIDADES	15.877	64,7 mi
MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIAR	UNIDADES	1.193	3,8 mi
BARRAGEM	UNIDADES	11	673,8 mil
CISTERNAS CALÇADÃO	UNIDADES	79	965,7 mil
LIMPEZA DE AGUADA	UNIDADES	2	42,9 mil
SISTEMA DE ABASTECIMENTO	UNIDADES	8	683 mil
PERFURAÇÃO DE POÇO	UNIDADES	1	8 mil
BARREIROS COMUNITÁRIOS	UNIDADES	16	743,7 mil
CISTERNA PRODUÇÃO	UNIDADES	604	317,8 mil

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR, Gov. Estado da Bahia (2017)

No Território do Sisal concentram-se um total de 19 comunidades quilombolas certificadas e identificadas, das quais, a maior parte está concentrada no município de Nordestina, que totaliza 13 comunidades, conforme o Quadro 4. No histórico dessas comunidades, registra-se que as mesmas trazem em seu legado a luta pela liberdade dos povos negros escravizados.

Quadro 4 – Comunidades quilombolas certificadas e identificadas – TI Sisal – 2015

Município	Comunidade
Biritinga	Vila Nova
Itiúba	Riachão das Pedrinhas
Monte Santo	Jurema Lage do Antônio
Nordestina	Bom Sucesso Caldeirão Caldeirão do Fumaça Caldeirão do Sangue Comunidade Negra Rural de Lagoa da Salina Grotá Lagoa da Cruz Lagoa dos Bois Laje das Cabras Negra Rural de Lagoa da Salina ou Comunidade Negra Rural de Lagoa de Salina Palha Poças Tanque Bonito
São Domingos	Vila África
Serrinha	Fazenda Barreira

Fontes: SEI, 2015. GeografAR (2011), Brasil (2015a).

1.3. Desenvolvimento Sustentável no Território

A discussão e o conceito sobre desenvolvimento ganham novos contornos a partir da década de 1950. Até então, o conceito de desenvolvimento se vinculava estritamente ao da economia, confundia-se com crescimento econômico com uma visão meramente contábil: países que avançavam no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e, conseqüentemente, na elevação da renda *per capita* ganhavam ponto na avaliação da sua situação na escala do subdesenvolvimento-desenvolvimento, independentemente da dimensão e intensidade dos problemas que mantinham.

Não precisa ir mais longe para demonstrar a brutalidade do PIB como indicador de desenvolvimento: o Brasil, no final do século passado, chegou a ser classificado como a nona economia do mundo, pelo tamanho do seu PIB, escondendo a dura realidade de quase 30% dos brasileiros que sequer podiam alimentar-se diariamente devido a sua situação de extrema pobreza, o que se reproduzia internamente nas Unidades da Federação: o Estado da Bahia, considerado a sexta economia entre as 27 Unidades da Federação, continuava hospedando os piores indicadores de educação e de pobreza.

Os países que avançassem na formação do PIB eram vistos como os que trilhavam no caminho do desenvolvimento, mesmo mantendo escondidos graves

problemas sociais, com questões relacionadas à renda, à alimentação, à habitação, à educação, à saúde etc., ou mesmo as investidas devastadoras do meio ambiente.

A sociedade passou a cobrar um novo conceito de desenvolvimento que incorporasse outros elementos da realidade e indicadores qualitativos, a começar pelas questões ambientais, visto que a devastação das florestas e a sobrepesca (*overfishing*) que podem resultar, também, no extermínio da fauna terrestre e marinha, estavam em ritmo acelerado, além da quantidade de gás carbônico lançada na atmosfera que interfere no clima do planeta e ameaça a vida humana; o consumismo desenfreado gera uma quantidade e uma variedade de poluentes que fogem do controle da gestão governamental. Hoje, o conjunto dos habitantes da terra já produz três vezes mais dejetos em relação à capacidade de absorção do planeta: “a casa está pegando fogo e viramos nossos olhares para o lado” (VIVERET, 2006, p. 12). A ação predatória e devastadora precisava ser contida:

[...] a Revolução Industrial que deu origem ao capitalismo moderno expandiu extraordinariamente as possibilidades de desenvolvimento material da humanidade. E continua expandindo até hoje, se bem que a um custo elevadíssimo. A partir de meados do século XVIII, destruíram-se mais a natureza que em toda a história anterior. Se os sistemas industriais alcançaram apogeu de sucesso, tornando-se capazes de criar e acumular vastos níveis de capital produzido pelo homem, o capital natural do qual depende a prosperidade econômica, vem declinando rapidamente, sendo que o índice de perdas cresce na mesma proporção dos ganhos em termos de bem-estar material (LEFF, 2000, p. 296).

Na sua lógica acumulativa, o capital busca, de todas as formas, maximizar os lucros, sem nenhuma preocupação preservacionista. A agricultura praticada², para aumentar a sua capacidade lucrativa, precisa ser agressiva, com o uso de sementes geneticamente modificadas, técnicas inadequadas de mecanização e de irrigação, uso de agrotóxicos e devastação das condições naturais etc. No semiárido, os modelos inadequados de irrigação “promovem a destruição do solo pela erosão, o esgotamento e a salinização”. (SILVA, 2008, p. 111).

A lógica da acumulação capitalista induz a sociedade a padrões de consumo absolutamente incompatíveis com a preservação ambiental, com a supressão de fontes de riquezas que poderão, no futuro, demonstrar a sua falta no futuro:

[...] a procura incessante pelo acúmulo de riquezas materiais vem esgotando os recursos naturais do Planeta sem, no entanto, melhorar as condições de vida de grande parte da população da Terra. O

domínio destas fontes de riqueza e a distribuição dos bens produzidos estão sob controle, cada vez mais acirrado, de pequenos grupos dominantes. (DUAILIBI, 2004, p. 121).

Torna-se necessário, portanto, buscar os meios que garantam a sustentabilidade dos processos de desenvolvimento, garantindo, para as gerações futuras, as condições hoje existentes. Assim, poder-se-ia resumir a noção de desenvolvimento sustentável como o uso adequado dos recursos naturais, sem extrair da natureza nada além da sua capacidade de reposição, de modo a gerar bem estar individual e coletivo, sem comprometer as futuras gerações, nem destinar a ela nada além da sua capacidade de absorção.

[...] o desenvolvimento sustentável, a preservação da biodiversidade, a agricultura sustentável e as tecnologias limpas devem aparecer como objetivos compatíveis com a ambientalização da economia de mercado e a internalização das externalidades e dos valores ambientais, transformados em capital natural, cultural, humano. (LEFF, 2000, p. 296).

Os municípios que integram o Território de Identidade do Sisal convivem com grandes desafios que podem comprometer o processo de desenvolvimento sustentável. A atividade econômica predominante do território, até pouco tempo atrás, era o sisal, cultura que garantia a reprodução da fauna pelas suas características internas. A redução da área plantada, com a substituição da atividade pela pecuária bovina, vem acompanhada, também, da supressão da fauna, com ameaça de extinção de muitas espécies de insetos, aves, reptéis e mamíferos.

Outra atividade altamente predatória, movida pelo capital internacional, é a mineração, com a extração de ouro e, mais recentemente, de diamantes. Além da extração de produtos não renováveis, o processo de extração é sempre acompanhado de procedimentos predatórios que degradam as condições socioambientais locais.

As práticas agressivas ao meio ambiente vêm gerando, também, processos de desertificação que se constitui numa ameaça ao sistema produtivo de todo território. Assim, “a saarização progressiva vai rompendo cada vez mais o equilíbrio entre as associações vegetativas, o ciclo da água, a produção agrícola e o aspecto social”. (DUQUE, 2001, p. 20).

No Nordeste, já são 180.000 km² de terras degradadas e, em muitos locais, imprestáveis para a agricultura. Estima-se que 6 a 7 milhões de hectares se tornam

improdutivas pela erosão dos solos e pela intervenção humana (práticas agrícolas e pastoris inadequadas) pelo mundo afora. Estudo realizado pelo Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2002) indica que 68% da área do bioma caatinga já se encontram antropizadas, sendo que 35% em situação de extrema antropização. Todo ano, cerca de 3.000 hectares de vegetação nativa viram lenha porque quase 40% da energia consumida no Nordeste ainda é de origem vegetal (BRAZ, 2012).

Na Bahia, 9,3% do território já são considerados críticos². Somando-se as áreas brasileiras atingidas a outras pelo mundo afora, já totalizam 40% da superfície do planeta, onde vivem dois bilhões de habitantes (BEEKMAN, 2011).

1.3.1 Desafios e potencialidades

A busca pela promoção do desenvolvimento sustentável traz consigo a difícil tarefa de implantar uma nova cultura, que faça frente ao modelo predador de crescimento. É determinante adotar um padrão que considere, além do potencial econômico local, as riquezas naturais, as cadeias produtivas implantadas, a aptidão do seu povo e organização social, entre outros fatores.

É preciso compreender quais são as fortalezas e dificuldades locais para compor um plano de enfrentamento e superação da realidade estabelecida. Dessa forma o quadro abaixo, construído coletivamente pelos atores sociais do sisal, apresenta características e iniciativas territoriais positivas para o processo de desenvolvimento sustentável, assim como as principais dificuldades a serem superadas nas dimensões socioeconômica; sociocultural e educacional; ambiental e político-institucional.

² Embora se registrem processos de desertificação em todas as regiões do Estado, entre os municípios mais atingidos são: Remanso, Casa Nova, Pilão Arcado, Jeremoabo, Paulo Afonso, Euclides da Cunha, Barra, Juazeiro, Curaçá, Chorrochó e região do Raso da Catarina (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2010).

Quadro 5 – Dimensões do Desenvolvimento Rural Sustentável

Dimensão	Desafios/limites	Potencialidades
Dimensão Socioeconômica	<ul style="list-style-type: none"> • Superação de um modelo de produção baseado em queimadas, desmatamento e escassez de água; • Insuficiência da política de ATER pública, gratuita e continuada; • Ampliar acesso ao crédito rural; com a inclusão de mulheres e jovens e suporte de gestão financeira para todos os públicos contemplados; • Fortalecimento das cadeias produtivas territoriais (sisal, ovinocaprinocultura, mandiocultura, apicultura, fruticultura, do leite, Pesca artesanal, Avicultura, Suíno, Artesanato e das culturas de subsistência - feijão e milho, inclusive com Implantação de fábricas de produtos e co-produtos da mandioca e derivados de outras cadeias, com foco na gestão cooperativista (fusão com proposta do PPA 2016/2019); • Organizar e fortalecer as principais cadeias produtivas do território, numa perspectiva de convivência com o semiárido e nos princípios agroecológicos; • Ampliar o armazenamento de sementes; • Oferecer formação profissional; • Ampliar espaços de comercialização; • Ampliar oferta de água e implantação de tecnologias para captação de água da chuva; • Reativar trabalho de melhoramento genético de caprinos e ovinos; • Promover distribuição de lucros gerados com a exploração de pedras e minérios; <p>Consolidar propostas do PPA P 2016/2019</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer os empreendimentos de economia solidaria, através da publicação de editais específicos com foco na gestão, capacitação, formação de capital de giro, infraestrutura e construção de agroindústrias de acordo com as cadeias produtivas do território; • Universalizar o acesso a Água para o consumo humano (familiar e escolar) e de produção nas zonas rural e urbana, construindo novas barragens e adutoras, melhorando as existentes, inclusive cisternas e poços artesianos e suas instalações, aguadas de médio e grande 	<ul style="list-style-type: none"> • Difusão e implementação de experiências de propriedades modelo baseadas na agroecologia: bancos de sementes, aviários, tecnologias de captação de água da chuva, uso sustentável da água; • Presença das cadeias produtivas: Sisal, Mel, Caprino, Ovino, Leite, Pesca artesanal, Avicultura, Suíno, Artesanato e processo de indicação geográfica da Região Sisaleira da Bahia; • Rota turística: rural, histórico-cultural, proporcionando troca de saberes entre comunidade e visitantes; • Cursos técnicos nas áreas de zootecnia, agropecuária, agroecologia, agroindústria, cooperativismo, desenvolvimento socioambiental, alimentos, informática e enfermagem, ofertados pelo Centro Estadual de Educação Profissional do Semiárido (CEEP) e Instituto Federal Baiano (IFBAIANO Serrinha) e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC); • Existência de espaços de comercialização de produtos agricultura familiar e economia solidária; • Presença de associações comunitárias, fundações, cooperativas e empreendimentos da

<p>porte;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer a agricultura familiar e a economia solidária, universalizando a assistência técnica de forma continuada, planejando a cadeia produtiva e fortalecer a produção, comercialização. Adotar o Cooperativismo como estratégia de desenvolvimento para a geração de trabalho e renda, inclusão social e superação da pobreza; • Consolidar a política de Educação Profissional, transformando a Superintendência em Instituto, realizando concurso públicos, fortalecendo e implantando Centros Técnicos de Educação Profissional (CETEP), Escolas Família Agrícola (EFA) e Centros Estaduais de Educação Profissional (CEEP), ampliando unidades compartilhadas; • Fortalecer os empreendimentos de economia solidária, através da publicação de editais específicos com foco na gestão, capacitação, formação de capital de giro, infraestrutura e construção de agroindústrias de acordo com as cadeias produtivas do território; • Fortalecer a agricultura familiar e a economia solidária, universalizando a assistência técnica de forma continuada, planejando a cadeia produtiva e fortalecendo a produção e comercialização. Adotar o Cooperativismo como estratégia de desenvolvimento para a geração de trabalho e renda, inclusão social e superação da pobreza; • Distribuir terras através do crédito fundiário e da reforma agrária para 15 mil agricultores familiares. Transformar em autarquia a CDA e realizar parcerias com: DFDA, SEPROMI, INCRA e os municípios para promover a discriminatória e regularização fundiária das terras públicas, devolutas, das comunidades tradicionais, da agricultura familiar e fundo de pasto; • Revitalizar a cultura sisaleira com investimento na vocação territorial, recuperando a lavoura e fortalecendo o Sistema de Produção e Industrialização do Sisal, com investimento em novas tecnologias para desfibramento e aproveitamento dos subprodutos; • Fortalecer o extrativismo sustentável não 	<p>economia solidária;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atuação dos agentes de desenvolvimento municipal (SEBRAE); • Existência de programas do governo federal: PRONATEC, PROUNI, FAT, LUZ PARA TODOS, ÁGUA PARA TODOS, PAC, CADÚNICO, SISUTEC, MINHA CASA, MINHA VIDA, BOLSA FAMÍLIA, BRASIL SEM MISÉRIA, CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS, JOVEM APRENDIZ, MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL, ATER, PRONAF, PROINF, PROINF MULHER e JOVEM, PAA, PNAE, entre outros; • Presença de órgãos públicos e organismos não governamentais, executores de ater, e das bases de serviço de comercialização; • Construção participativa do Plano Plurianual do Estado da Bahia (PPA P 2016/2019); • Comitê de bacias hidrográficas.
--	--

	<p>madeireiro com ênfase ao umbu, licuri e maracujá de boi;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implantar mini abatedouros para caprinos e ovinos nos municípios onde a atividade tem relevância; • Ampliar o Programa Luz Para Todos e expandir a rede de energia elétrica nas áreas industriais, com qualidade adequada; • Fomentar e custear a política de desenvolvimento territorial do Sisal; • Implantar usinas de compostagem para geração de compostos orgânicos e assistência técnica ambiental na extensão rural, fomentando a criação de cooperativas de catadores; • Qualificar e expandir o programa trilha para atender os estudantes fora da faixa etária prevista na lei, com dificuldade de acesso à escola pública convencional, aportando recursos destinados a transporte, alimentação, material didático; • Implantar programas de geração de renda para Inclusão de Povos e Comunidades Tradicionais. 	
Dimensão Sociocultural e Educacional	<p>Aspectos sociais e de saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ampliar a implantação de equipamentos públicos e profissionais qualificados para atendimento à população do território, tais como centros de convivência, centros de tratamento específicos, hospitais de níveis primários, secundários e terciários e equipamentos sociais (Centro de Referência de atendimento à Mulher, CREAS, CAPS); • Implantar o SAMU com base no município de Serrinha, ramificando sua abrangência nos 20 municípios e articular a construção de UPAs em todos os municípios, com população acima de 50 mil habitantes. Adequar o Hospital de Serrinha para atender as demandas do território do Sisal, com maternidade, Urgência, Emergência, UTI e Traumato. Implantação de um hospital regional de grande porte (consorciado) aparelhado com equipamentos instrumentais e cirúrgicos das diversas especialidades e complexidade. Ampliar e qualificar os serviços do PSF (PPA 2016/2019); • Garantir uma comunicação democrática e participativa com sujeitos sensibilizados sobre questões ligadas ao desenvolvimento territorial e cidadania; 	<p>Aspectos sociais e de saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existência dos serviços especializados de atendimento; • Existência dos Conselhos de Saúde; • Existência de veículos de comunicação comunitária; • Curso de Comunicação da UNEB Campus XIV; • Assessorias de comunicação de entidades, prefeituras e sindicatos; • Debate sobre Territorialização do SAMU; • Existência de PSFs;

	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar funcionamento de qualidade do Conselho Municipal de Saúde; • Implantar aterros sanitários; • Implantar serviços do SAMU; • Minimizar a deficiência dos serviços prestados pelos profissionais de saúde, rotatividade destes e mercantilização dos serviços médicos; • Melhorar a qualidade dos programas de combate a problemas de saúde como hanseníase, tuberculose, HIV, doenças do aparelho circulatório, hipertensão, cardiopatia e diabetes; • Implantação de programas para conscientização e tratamento de problemas nas áreas social e de saúde como gravidez na adolescência, uso de drogas e álcool; <p>Aspectos educacionais e culturais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ampliar/Melhorar/Implantar equipamentos públicos para atendimento à população do território, tais como bibliotecas, salas de multimeios e laboratórios de experimentação para diversas áreas do ensino: ciência, informática, agroindústria, agropecuária, zootecnia, etc., espaços culturais, refeitórios, escolas do campo e transporte escolar; • Reduzir a evasão escolar; • Ampliar número de matrículas de educação infantil; • Reduzir índice de uso de drogas e violência nas escolas, por meio de atividades de conscientização/sensibilização; • Reduzir a rotatividade de profissionais da educação; • Promover a qualificação e capacitação dos profissionais para temas como cultura, diversidade, etc.; • Combater as relações de “politicagem” no sistema educacional; • Assegurar dotação orçamentária nas Secretarias Municipais de Cultura, tendo como prioridade as ações de valorização da cultura local; • Organizar e articular conselhos municipais; • Ampliar número de creches no Território; • Organizar e promover uso adequado de laboratórios das escolas e demais centro de formação; • Reduzir a rotatividade de profissionais da 	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de UPAs; • Presença do programa Mais Médicos e Agentes de saúde; • Movimento de mulheres e juventude organizado; <p>Aspectos educacionais e culturais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escolas estruturadas; • Adesão ao Programa Pro infância; • Atuação de bons profissionais de educação; • Existência de bibliotecas, transporte escolar; • Presença das EFAS; • Existência dos Conselhos de Educação; • GT de Educação do CODES
--	--	---

	<p>educação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover a qualificação e capacitação dos profissionais para temas como cultura, diversidade, etc.; • Combater as relações de “politicagem” no sistema educacional; • Assegurar dotação orçamentária nas Secretarias Municipais de Cultura, tendo como prioridade as ações de valorização da cultura local; • Combater a precarização das escolas do Campo; • Promover discussões sobre diversidade cultural e etnoracial; • Ampliar Programa EMITEC (governo do Estado); • Fortalecer as políticas educacionais voltadas para as populações do campo e assentamentos, articulando a expansão do PRONERA, EFAS, PROJOVEM Saberes da Terra, PROJOVEM Campo, PRONATEC, Proeja (PPA P 2016/2019); • Implantar a UFNB – Universidade Federal do Nordeste da Bahia e Ampliar o número de campus da UNEB, criando cursos adequados a vocação do território, garantindo a construção de residências estudantis e restaurantes universitários em todos os camps (PPA P 2016/2019). 	<p>Sisal;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fórum EJA; • Universidade e Institutos de Educação técnica (UNEB, CEEP, IFBAIANO); • Movimento social organizado; • Núcleo de Educação Profissional do Campo do Território do Sisal.
Dimensão ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Universalização das práticas agroecológicas e uso sustentável da água; • Preservar a fauna e a flora como forma de combater a extinção de espécies animais e da caatinga; • Mudar a cultura de queimadas e desmatamento; • Destinação adequada de resíduos sólidos (coleta seletiva, aterros); • Implementar políticas de aproveitamento do lixo como fonte de renda e trabalho; • Minimizar efeitos causados ao meio ambiente e comunidades pela exploração de pedras e minério; • Implantação e execução de projetos da SEMA no Território; • Implantar Planos municipais de saneamento básico nos 20 municípios do Território; • Criar consórcios intermunicipais para a construção de aterros <p>Consolidar propostas do PPA P 2016/2019</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação do acesso à água através da construção de cisternas e outras tecnologias de captação de água da chuva, por meio dos projetos de água financiados pelos governos federal e estadual e de Conselhos Existência Municipais de Meio Ambiente; • Comitês de Bacias Hidrográficas e Políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos e do Meio Ambiente; • Atores sociais sensibilizados para a importância da implantação de novas práticas que visam a redução do lixo; • Capacitação em coleta seletiva de lixo em alguns municípios; • Experiências exitosas de comercialização de recicláveis; • Existência da Política Nacional

	<ul style="list-style-type: none"> • Recuperar as áreas degradadas e matas ciliares do Território, incentivando a construção de viveiros, distribuição de mudas nativas, criando condições para aplicação da lei de preservação da caatinga, garantindo seu acompanhamento através das equipes técnica em parceria com as comunidades; • Criar um fundo estadual para fortalecer as Secretarias Municipais de Agricultura, com fiscalização e acompanhamento efetivos; • Fortalecer o extrativismo sustentável não madeireiro com ênfase ao umbu, licuri e maracujá de boi; • Ampliar a assessoria de construção dos planos de saneamento básico para os municípios com mais 50 mil habitantes (esgotamento sanitário, tratamento de resíduos sólidos e abastecimento de água) em todos os municípios do Território, garantindo a construção de sanitários para as famílias que receberam cisternas; • Implantar usinas de compostagem para geração de compostos orgânicos e assistência técnica ambiental na extensão rural, fomentando a criação de cooperativas de catadores. 	<ul style="list-style-type: none"> • de Resíduos Sólidos; • Atuação do programa GAC.
Dimensão Político Institucional	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação da articulação entre os níveis federal, estadual e municipal, na gestão das políticas públicas; • Aumento da participação dos prefeitos e outros gestores públicos municipais no Colegiado Territorial; • Ampliação do nível de participação das entidades territoriais no colegiado; • Acompanhamento do Colegiado na execução dos projetos territoriais; • Participação ativa de representantes da sociedade civil e poder público na gestão social dos projetos e ações no território; • Instituir equipe técnica para assegurar a elaboração de projetos de amplitude territorial; • Garantir a participação dos CMDs no Colegiado; • Garantir a participação do Colegiado no Consórcio Público (CONSISAL) e implementar uma cogestão na execução dos projetos territoriais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Regularidade das atividades do Colegiado (reunião de diretoria, plenárias territoriais, oficinas); • Reestruturação e/ou criação de GTs para atender demandas territoriais: GT de Mulheres, Povos e Comunidades Tradicionais, Juventude, etc.; • Requalificação do PTDS; • Consolidação do consórcio público (CONSISAL).

CAPÍTULO 2 – Matriz de Planejamento – Objetivos, Estratégias e Metas

Estruturada em quatro eixos, a matriz do PTDSS é composta por objetivos, estratégias e metas sobre as temáticas de mulheres, juventude, meio ambiente, acesso à terra, agricultura familiar, educação, cultura, comunicação, geração de renda, saúde, infraestrutura e povos e comunidades tradicionais, apontando demandas específicas para a promoção do desenvolvimento sustentável e solidário do território. Tais propostas dialogam com temas prioritários do PPA P 2016/2019, diversas secretarias de Estado e instâncias territoriais de execução das políticas públicas.

O documento é um resumo do esforço dos atores e atrizes territoriais que se dedicaram a pensar caminhos para atender necessidades locais urgentes nos eixos de desenvolvimento econômico e ambiental com inclusão socioproductiva; estrutura fundiária e acesso à terra; formação e organização social e infraestrutura e serviços públicos, como forma de promover melhoria das escolas do campo, fortalecimento da agricultura familiar, acesso à terra e tantas outras temáticas que fazem parte do cotidiano do povo sisaleiro.

Quadro 6 – Matriz de Objetivos, Estratégias e Metas

2.1. Eixo 1 – Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioproductiva	
Objetivo 1. Promover autonomia econômica para as mulheres do Território do Sisal, através da redução da desigualdade financeira entre homens e mulheres.	
Estratégia 1.1. Desenvolver ações para inserção e permanência das mulheres no mercado de trabalho.	Metas
	1.1.1. Realizar formação nos 20 municípios do território para mulheres com foco na inclusão produtiva, gestão de pessoas e gestão de negócios;
	1.1.2. Fortalecer as redes de distribuição e comercialização de produtos oriundos de empreendimentos de economia solidária e agricultura familiar, formados por mulheres no território do Sisal;
	1.1.3. Fortalecer o Armazém Territorial da Agricultura Familiar e Economia Solidária através da integração das redes de comercialização, viabilizando a implantação de novos espaços no território;
	1.1.4. Qualificar as mulheres nas seguintes áreas profissionais: eletricista, carpinteira, encanadora, mecânica, pedreira, informática, pintora, cisterneira, entre outras;
	1.1.5. Ampliar o quantitativo de mulheres atendidas em programas e políticas públicas de segurança alimentar e comercialização (Pronaf Mulher/ PNAE/ PAA/ ATER e ATES para mulheres);
	1.1.6. Identificar, registrar e catalogar mulheres produtoras, que utilizam da economia criativa como subsistência;

	1.1.7. Fazer divulgação das experiências das mulheres produtoras que trabalham com economia criativa no território, através da publicação de um Catálogo virtual.
Estratégia 1.2. Promover ações para mobilização territorial de incentivo a maior participação das mulheres na gestão das cooperativas e associações – em especial no cooperativismo de crédito.	Metas
	1.2.1. Ampliar o número de mulheres em 50% no envolvimento em cooperativas e associações;
Estratégia 1.3. Realizar mapeamento e diagnóstico dos empreendimentos de economia solidária e da agricultura familiar, formados por mulheres;	Metas
	1.3.1. Garantir assistência técnica, assessoria jurídica e assessoria contábil para mais de 80% dos grupos produtivos formados por mulheres;
	1.3.2. Estimular a criação de grupos produtivos, novas entidades, associações e cooperativas.
Objetivo 2. Fortalecer a agricultura familiar, universalizando a assistência técnica para inclusão socioprodutiva de forma continuada e embasada nos princípios da agroecologia, planejando as cadeias produtivas prioritárias do território.	
Estratégia 2.1. Garantir o acesso a ATER com foco na agroecologia e na convivência com o semiárido;	Metas
	2.1.1. Encaminhar para os órgãos competentes, uma proposta para criação de um sistema unificado de ATER incorporando o SIATER, estimulando o cruzamentos dos dados, a exemplo: DAP, NIS, PNCF, GARANTIA SAFRA, PRONAF, CAGED e que possibilitem um relatório e consequentemente monitoramento contínuo; (analisar possibilidade de estabelecer uma meta mais dentro da governabilidade do Território)
Estratégia 2.2. Formular alternativas para o fortalecimento da política pública de ATER no território, com foco na estruturação do SETAF / BAHATER e que atendam as demandas da agricultura familiar, assentados de Reforma Agrária e comunidades tradicionais.	2.2.1. Propor ao Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar – SETAF, a contratação de profissionais capacitados, com formação multidisciplinar, em projetos que atendam às necessidades de ATER no território.
Objetivo 3. Garantir o acesso a mercados dos empreendimentos socioprodutivos da Agricultura Familiar e Economia Solidária.	
Estratégia 3.1. Apoiar e	Metas

fortalecer a realização de feiras da Agricultura Familiar e Economia Solidária nos municípios do território.	3.1.1. Realizar anualmente uma Feira da Agricultura Familiar e Economia solidária em cada município do território;
Objetivo 4. Buscar a ampliação dos programas e políticas públicas ligadas a convivência com o semiárido, para garantir a universalização da cultura do estoque.	
Estratégia 4.1. Apoiar e fomentar os Bancos de sementes crioulas comunitários no território.	Metas
	4.1.1. Catalogar e sistematizar os bancos de sementes crioulas comunitários, existentes no território;
	4.1.2. Implantar pelo menos um banco de sementes crioulas em cada município do território;
	4.1.3. Articular com o governo do estado, a distribuição de sementes crioulas pelos programas governamentais, oriundas de bancos de sementes comunitários dos municípios, estimulando assim, o plantio na região.
Estratégia 4.2. Buscar ampliação e fomentar a cultura do estoque de alimentos e água para consumo humano e produção de alimentos.	Metas
	4.2.1. Beneficiar 50% das famílias de agricultores familiares do território com acesso às tecnologias sociais (cisternas de produção, barreiro trincheira, barragens subterrâneas, entre outras) para produção de alimentos, priorizando os agricultores (as) familiares das comunidades tradicionais;
	4.2.2. Criar um programa de incentivo e divulgação das tecnologias de armazenamento e forragens (palmas, silagem, fenação, sisal, etc.);
	4.2.3. Universalizar o acesso à tecnologia de captação de água para consumo humano (cisternas de placas), priorizando os agricultores (as) familiares das comunidades tradicionais;
Objetivo 5. Fortalecer as principais cadeias produtivas do território, numa perspectiva de convivência com o semiárido e nos princípios agroecológicos.	
Estratégia 5.1. Desenvolvimento do sistema produtivo do sisal na agricultura familiar.	Metas
	5.1.1. Estabelecer parcerias com instituições de pesquisa para o desenvolvimento de estudos de aproveitamento dos subprodutos do sisal, principalmente para o uso na alimentação animal e artesanato;
	5.1.2. Articular com os órgãos estaduais, instituições e entidades de ATER, uma maior oferta dos serviços e buscar a ampliação da oferta de crédito para o plantio, beneficiamento e comercialização do sisal;
	5.1.3. Criar uma Comissão Gestora Territorial de acompanhamento e monitoramento da Cadeia produtiva do Sisal, no âmbito das políticas públicas, projetos e programas em desenvolvimento no território;
	5.1.4. Buscar apoio para a implantação de 02 unidades de desfibramento de sisal com aproveitamento total da planta;
	5.1.5. Acompanhar junto à Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura – SEAGRI e SDR do Estado da Bahia, a validação da padronização de máquina desfibradora de sisal;
	5.1.6. Buscar apoio para desenvolvimento de programas de recuperação de pelo menos 30 % dos campos de sisal no território.
	5.1.7. Realizar uma assembleia com os produtores de sisal da região para regulamentação do uso do Selo IG do Sisal.

Estratégia 5.2. Implantação de unidades de beneficiamento adequadas à realidade da agricultura familiar e implementação dos selos SIM / SUASA, priorizando as cadeias produtivas: Apicultura / Meliponicultura; Ovinocaprinocultura; Fruticultura; Mandiocultura; Avicultura; Bovinocultura Leiteira e Oleaginosas.	Metas	
	5.2.1.	Fazer mapeamento das necessidades do território de unidades de beneficiamentos para as principais cadeias produtivas;
	5.2.2.	Viabilizar a construção de unidades de beneficiamento das cadeias produtivas prioritárias, com base nas necessidades de cada município;
	5.2.3.	Elaborar estudo, diagnóstico e planejamento para construção participativa do Plano Territorial das Cadeias Produtivas: do Mel, da Ovinocaprinocultura, da Fruticultura e da Mandiocultura – com definição de ações para os grupos gestores, organizações produtivas e entidades de apoio (divulgação territorial, estadual e nacional);
Objetivo 6. Ampliação da oferta de trabalho, emprego e geração de renda em diversas áreas, tanto no urbano como no rural, fortalecendo as cadeias produtivas já existentes, contribuindo para a permanência da população no meio rural e no urbano.		
Estratégia 6.1. Buscar parceiros para estruturar e desenvolver as cadeias produtivas no âmbito rural e nos setores urbanos.	Metas	
	6.1.1.	Fazer articulação para estruturação de uma Rede territorial com a participação do poder público, empresariado e sociedade civil organizada (empreendimentos da agricultura familiar e economia solidária, associações, cooperativas, sindicatos, entre outros);
	6.1.2.	Criar condições para a implementação de ações que contribuam para aumentar o número de trabalhadores (as) com carteira assinada e com DAP, garantindo os direitos trabalhistas.
Estratégia 6.2. Estimular o desenvolvimento sustentável e solidário (econômico, social e ecológico) no território do sisal, contribuindo para a criação de oportunidades de geração de trabalho, emprego e renda nas áreas urbanas e rurais.	Metas	
	6.2.1.	Desenvolver ações de fortalecimento da cultura do empreendedorismo, com foco na criação de novos empreendimentos.
	6.2.2.	Fomentar a criação e estruturação de fábricas e agroindústrias nas áreas urbanas e rurais com foco a oferta de serviços (confeções e calçados, salões de beleza, clínicas de estéticas, mecânica automotiva, construção civil, entre outros) e cadeias produtivas existentes (mandiocultura, caprino/ovinocultura, apicultura, psicultura e sisal);
	6.2.3.	Estimular, por meio de apoio técnico, o aumento da produtividade nas cadeias produtivas existentes;
	6.2.4.	Desenvolver ações de fortalecimento e consolidação de Grupos Produtivos de artesanato de sisal e de barro;
	6.2.5.	Estimular a produção artesanal com uso de novos materiais, garantindo o aproveitamento de subprodutos oriundos das cadeias produtivas;
	6.2.6.	Apoiar e fortalecer as cooperativas e empreendimentos de jovens;
	6.2.7.	Consolidar no território uma Rede de assessoria técnica aos grupos produtivos, por meio da articulação com os parceiros locais, como: MOC, Prefeituras, SEBRAE, ONGs e OSCIPs, etc.;
Estratégia 6.3. Sensibilizar	Metas	

os conselheiros municipais para a reprovação de compras que não atendam o mínimo que determina a lei, no que se refere aos produtos da Agricultura Familiar.	6.3.1. Pautar o governo com reivindicação para aumentar o percentual mínimo de compras de produtos oriundos da Agricultura Familiar para a merenda escolar, pelas prefeituras municipais.
Objetivo 7. Contribuir para a garantia da elaboração, implementação e captação de recursos e orçamento específico para a educação do campo nos municípios do território, por meio da universalização das Leis Municipais de Educação do Campo (9 municípios do Sisal já aprovaram).	
Estratégia 7.1. Dialogar com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) em seu setor territorial para estreitar os diálogos com as secretarias municipais de educação, União Nacional dos Conselheiros Municipais de Educação (UNCME), Conselhos /Municipais, Redes e Fóruns em nível municipal e estadual de educação para encaminhamento dos Projetos de Leis e dos orçamentos específicos às Câmaras Municipais.	<p>Metas</p> <p>7.1.1. Consolidar a Lei Municipal prevendo orçamento específico para a Educação do Campo nos 20 municípios Território do Sisal.</p>
Objetivo 8. Contribuir para a universalização de uma proposta de Educação do Campo contextualizada em todos municípios do Território do Sisal, com formação continuada e processual de Professores/as das Escolas do Campo.	
Estratégia 8.1. Dialogar com gestores municipais a implementação da Educação do Campo Contextualizada como prática no cotidiano das escolas.	<p>Metas</p> <p>8.1.1. Capacitar 800 Professores/as das escolas do campo para desenvolverem a metodologia de educação do campo contextualizada.</p>
Objetivo 9. Incentivar por meio da formação de alunos dos anos finais do Ensino Fundamental, Escola da Família Agrícola (EFA), EJA e Ensino Médio noções relacionadas às práticas de associativismo, cooperativismo, agroecologia e economia solidária.	
Estratégia 9.1. Demandar	Metas

oferta de cursos de extensão através de parcerias com as Instituições de ensino para educadores/as, educandos/as, famílias em assentamentos, remanescentes de quilombos e comunidades rurais para o fortalecimento das práticas de associativismo, cooperativismo, agroecologia e economia solidária.	9.1.1. Contemplar, pelo menos, 50% das unidades escolares e comunidades de entorno no Território do Sisal com cursos de extensão sobre associativismo, cooperativismo, agroecologia e economia solidária.										
Estratégia 9.2. Debater com as gestões municipais de educação a necessidade de os currículos municipais contemplarem essas dimensões destacadas no tópico acima.	<table> <tr> <th colspan="2">Metas</th></tr> <tr> <td>9.2.1.</td><td>Sensibilização de gestores municipais de educação para a necessidade de os currículos municipais contemplarem temas como associativismo, cooperativismo, agroecologia e economia solidária.</td></tr> </table>	Metas		9.2.1.	Sensibilização de gestores municipais de educação para a necessidade de os currículos municipais contemplarem temas como associativismo, cooperativismo, agroecologia e economia solidária.						
Metas											
9.2.1.	Sensibilização de gestores municipais de educação para a necessidade de os currículos municipais contemplarem temas como associativismo, cooperativismo, agroecologia e economia solidária.										
Objetivo 10. Contribuir para a ampliação do índice de compra dos produtos da agricultura familiar na alimentação escolar, oferta de serviços e produtos diversos, com vistas a promover a inclusão sócio produtiva de estudantes e famílias agricultoras, relacionando-se com as dimensões da Segurança Alimentar e Nutricional, Economia Solidária, Agroecologia e possibilidade de organização produtiva autogestionária nos espaços educativos.											
Estratégia 10.1. Incentivar a criação de cooperativas, grupos de produção e associações para produção e fornecimento de alimentação escolar (culturas diversificadas e permuta para aumento do ciclo produtivo) e materiais de consumo (limpeza, fardamento, manutenção, infraestrutura e serviços diversos) a partir do diálogo com as gestões municipais, sindicatos, cooperativas, PNAE e associações para agregar essas iniciativas educativas visando o fortalecimento e/ou	<table> <tr> <th colspan="2">Metas</th></tr> <tr> <td>10.1.1.</td><td>Aumentar em, no mínimo 50%, a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar para a alimentação escolar no Território;</td></tr> <tr> <td>10.1.2.</td><td>Aquisição de produtos e serviços ofertados e produzidos pelas comunidades por meio dos grupos e cooperativas dos próprios municípios, contribuindo assim para o Desenvolvimento Local Sustentável, com incentivos do Governo Estadual;</td></tr> <tr> <td>10.1.3.</td><td>Implantação de centros de produção e comercialização agroecológica, associativa e cooperativa nos municípios;</td></tr> <tr> <td>10.1.4.</td><td>Estabelecer diálogo com as gestões municipais e organizações sociais na definição de estratégias de escoamento dos produtos.</td></tr> </table>	Metas		10.1.1.	Aumentar em, no mínimo 50%, a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar para a alimentação escolar no Território;	10.1.2.	Aquisição de produtos e serviços ofertados e produzidos pelas comunidades por meio dos grupos e cooperativas dos próprios municípios, contribuindo assim para o Desenvolvimento Local Sustentável, com incentivos do Governo Estadual;	10.1.3.	Implantação de centros de produção e comercialização agroecológica, associativa e cooperativa nos municípios;	10.1.4.	Estabelecer diálogo com as gestões municipais e organizações sociais na definição de estratégias de escoamento dos produtos.
Metas											
10.1.1.	Aumentar em, no mínimo 50%, a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar para a alimentação escolar no Território;										
10.1.2.	Aquisição de produtos e serviços ofertados e produzidos pelas comunidades por meio dos grupos e cooperativas dos próprios municípios, contribuindo assim para o Desenvolvimento Local Sustentável, com incentivos do Governo Estadual;										
10.1.3.	Implantação de centros de produção e comercialização agroecológica, associativa e cooperativa nos municípios;										
10.1.4.	Estabelecer diálogo com as gestões municipais e organizações sociais na definição de estratégias de escoamento dos produtos.										

criação de centros de produção e comercialização agroecológica, associativa e cooperativa nos municípios.	
Objetivo 11. Estimular a implantação de cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Agrárias, Educação Ambiental, Economia Solidária e Agroecologia, como forma de potencializar e multiplicar a formação dos sujeitos para atuação com estas temáticas, incidindo nas demandas do território no que diz respeito ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental sustentável.	
Estratégia 11.1. Promover articulação entre entidades territoriais e instituições de ensino para dialogar sobre a possibilidade de criação de cursos técnicos nas dimensões de economia solidária, educação cooperativista e agricultura familiar e a implantação de cursos de ensino superior nas referidas áreas, bem como sintonizar os respectivos planos de ações e planejamentos estratégicos de cada instituição com o PTDSS.	<p style="text-align: center;">Metas</p> <p>11.1.1. Estruturação e implementação de, pelo menos, um curso nas áreas mencionadas em cada uma das instituições de ensino superior do território, de forma organizada e pensando na logística e na demanda do território, diversificando a oferta por instituição.</p>
Estratégia 11.2. Propor utilização da estrutura dos Pólos de Ensino para ofertar os cursos profissionalizantes, técnicos e de extensão a partir das Instituições que já existem e possuem estrutura e mão de obra para tal (UNEB Coité e Serrinha, IFbaiano, CETEPs, NRE 04), em parceria com as organizações sociais (CODES, MOC, FATRES, ASCOOB, EFAS e Fundação APAEB).	<p style="text-align: center;">Metas</p> <p>11.2.1. Utilização e gestão compartilhada das estruturas de ensino disponíveis para oportunizar cursos que dialoguem com as temáticas específicas do território.</p>
Objetivo 12. Fomentar a adequação curricular voltada para a educação do campo contextualizada, nas Instituições de Ensino Superior- (IES), levando em consideração a discussão dos	

empreendimentos solidários para o desenvolvimento das propriedades das famílias agricultoras, visando o fortalecimento territorial, como estratégia para que estudantes de cursos do ensino superior tenham acesso a um currículo contextualizado ao cotidiano do território do sisal visando a transformação social.	
Estratégia 12.1 Promover análise e discussão sobre currículo vigente e currículo contextualizado para convivência com o Semiárido nas Universidades por meio de seminários, reuniões e debates	Metas
	12.1.1. Envolver 100% das IES no debate sobre Currículo Contextualizado no território do sisal juntamente com os movimentos sociais do campo do território.
Objetivo 13. Contribuir para a promoção da autonomia econômica dos grupos produtivos das comunidades tradicionais, através da organização e fortalecimento dos empreendimentos, respeitando as aptidões de cada grupo.	
Estratégia 13.1. Estimular associações e grupos produtivos a participarem de editais e chamadas públicas destinados a estruturação física e formação técnica para gestão e produção.	Metas
	13.1.1. Levantar potencialidades dos grupos produtivos de agricultores familiares;
	13.1.2. Estruturar 100% dos grupos produtivos existentes nas comunidades, com aquisição de utensílios e máquinas;
	13.1.3. Capacitar 100% das entidades sobre técnicas de cultivo, criação com práticas agroecológicas e gestão;
	13.1.4. Estimular a implantação de quintais produtivos compostos por tecnologias sociais de captação de água (cisterna de produção, barreiros, barragens subterrâneas, etc.) acompanhadas de atividades produtivas relacionadas a uma das cadeias produtivas (Caprinovinocultura, Apicultura e Meliponicultura, Avicultura, Horticultura ou Piscicultura);
	13.1.5. Ofertar cursos de artesanato que utilizem matéria prima local, a exemplo do sisal, barro, palha, etc.;
Estratégia 13.2. Demandar do governo estadual a abertura de editais e chamadas públicas específicos.	Metas
	13.2.1. Possibilitar a um maior número de entidades, o acesso aos editais e chamadas públicas.
Objetivo 14. Proporcionar a universalização da ATER agroecológica no território.	
Estratégia 14.1. Organizar a produção agroecológica com foco no fortalecimento da comercialização.	Metas
	14.1.1. Motivar agricultores (as) familiares para a prática de técnicas agroecológicas (raleamento, cobertura morta, adubação orgânica, construção de barragens subterrâneas, cisternas, cerca viva, produção de feno, silagem, plantio de forrageiras adaptadas, entre outras) com vistas ao fortalecimento das práticas de convivência com o Semiárido.
Objetivo 15. Fomentar ações de recuperação da Bacia do rio Itapicuru.	

Estratégia 15.1. Criar plano territorial de ações integradas para o meio ambiente, no âmbito do Plano de Recuperação Ambiental da Bacia do rio Itapicuru, em consonância com o comitê de bacia.	Metas
	15.1.1. Diagnosticar a real situação de degradação da área em que está localizada a Bacia do Rio Itapicuru no território, interagindo com o Comitê de Bacias;
	15.1.2. Criar, em parceria com as comunidades, viveiros municipais de plantas de espécies nativas, com foco na distribuição de mudas para recuperação do bioma Caatinga no território, garantindo assim, o atendimento da lei de preservação da Caatinga;
	15.1.3. Realização de pesquisas e transferências de tecnologias de manejo sustentável;
	15.1.4. Acompanhar a implementação do plano de recuperação de áreas degradadas pelas empresas de mineração;
	15.1.5. Realizar ações para recuperar as matas ciliares na bacia do rio Itapicuru, em parceria com o comitê territorial de bacia, objetivando combater o processo de degradação e garantir as condições de sobrevivência da população;
	15.1.6. Realizar campanhas no território, com foco em: recuperação das nascentes, controle de perfuração de poços clandestinos, controle de construção de barragens nos rios, recuperação das áreas de recarga, retirada de curtumes, minerações clandestinas e criações em confinamento implantados nas margens dos rios, campanhas de uso adequado do solo, tratamento dos efluentes domésticos e industriais.
2.2. Eixo 2 – Estrutura Fundiária e Acesso à Terra	
Objetivo 1. Contribuir para a democratização do acesso à terra no Território, buscando a efetivação do processo de Reforma Agrária e dinamização do desenvolvimento socioeconômico, político, ambiental e melhoria das condições de vida das famílias assentadas, quilombolas e de comunidades tradicionais.	
Estratégia 1.1. Realizar levantamento de dados nos órgãos competentes, sobre situação atual de imóveis e propriedades rurais, com vistas à identificar e diagnosticar terras devolutas e improdutivas que não cumpram a função social.	Metas
	1.1.1. Consultar INCRA e órgãos estaduais sobre Mapeamento do território do sisal para identificar e diagnosticar as terras devolutas, improdutivas e que não cumpram sua função social.
Estratégia 1.2. Buscar formas de ampliar a implantação de assentamentos da Reforma Agrária no Território.	Metas
	1.2.1. Realizar cadastramento de famílias que precisam ser assentadas.
	1.2.2. Propor processo de desapropriação e indenização de terras que não cumprem sua função social;
Estratégia 1.3. Estimular o registro dos títulos de	1.2.3. Reivindicar o assentamento anual de 500 famílias no Território.
	Metas
	1.3.1. Assegurar o registro de 100% dos títulos certificados pelo SGF;

terra adquiridos, junto ao Sistema de Gestão Fundiária (SGF).	1.3.2. Efetivar o processo de reforma agrária nos novos assentamentos;
Estratégia 1.4. Identificar, reconhecer e demarcar terras ocupadas pelos remanescentes de Povos e Comunidades Tradicionais juntos aos órgãos competentes, contribuindo para a garantia da regularização de todas as comunidades.	Metas
	1.4.1. Mapear terras remanescentes de Povos e Comunidades Tradicionais;
	1.4.2. Assegurar agilidade e assessoria para 100% das comunidades, que se reconhecem como Quilombolas, em todo o processo de titulação;
	1.4.3. Exigir do INCRA recursos para apoiar a execução das atividades de cadastramento, Georreferenciamento e fortalecimento institucional.
Estratégia 1.5. Construir uma base de dados municipal qualificada para a cobrança de Imposto Territorial Rural (ITR), melhorando a arrecadação.	Metas
	1.5.1. Fazer acompanhamento municipal da utilização da base de dados para cobrança do ITR.
Estratégia 1.6. Exigir do INCRA a realização do Plano de Desenvolvimento e Licenciamento Ambiental.	Metas
	1.6.1. Mobilizar e articular estado e sociedade civil (conselhos, colegiados, fóruns, no âmbito municipal, territorial, estadual e federal) para a construção do Plano, adequando ao modelo de reforma agrária às características de cada município e ao bioma da Caatinga;
	1.6.2. Estimular o Licenciamento ambiental nos município onde houver Conselho de Meio Ambiente e criar nos municípios onde não houver;
Objetivo 2. Contribuir para a redução da pobreza e melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas e comunidades tradicionais do Território do Sisal, mediante o acesso à terra e o aumento de renda para o exercício da cidadania.	
Estratégia 2.1. Incentivar a família a sair do anonimato através da organização em associações e cooperativas.	Metas
	2.1.1. Estimular a capacidade de acesso do indivíduo a bens e serviços para a sua sobrevivência digna;
	2.1.2. Atingir 90% das famílias assentadas organizadas em cooperativas e associações como forma de viabilizar a qualificação profissional e agregar valor justo aos produtos;
	2.1.3. Assegurar 100% das famílias com planejamento produtivo nos assentamentos.
Estratégia 2.2. Estimular a autonomia dos homens e mulheres por meio do acesso ao crédito.	Metas
	2.2.1. Ampliar o número de homens e mulheres com acesso ao crédito, assegurando para as mulheres e jovens um percentual de 80% de crédito concedido;
	2.2.2. Buscar a garantia de linhas de crédito para implantação, ampliação, adequação, reestruturação e custeio de agroindústria às famílias.
Estratégia 2.3. Fortalecer	Metas

a gestão econômica das cooperativas.	2.3.1. Promover formações sobre canais de financiamento e acesso a recursos para financiar o desenvolvimento territorial às ONGS que atuam no território;
	2.3.2. Atingir 100% das cooperativas e associações no acesso as políticas públicas de comercialização (PAA, PNAE, entre outras).
Objetivo 3. Promover a regularização fundiária (urbana e rural), garantindo a titularidade de terra às mulheres do Território do Sisal.	
Estratégia 3.1. Articular Órgãos Estaduais e Federais para viabilizar o processo de Acesso a Terra.	Metas
	3.1.1. Buscar a realização de vistorias em terras improdutivas que não cumprem sua função social.
Objetivo 4. Provocar a transversalização do debate político e social sobre estrutura fundiária e acesso à terra nos espaços formais e informais de educação.	
Estratégia 4.1. Solicitar a intensificação dos processos formativos e políticos junto à educadores/as, educandos/as, assentamentos e comunidades remanescentes quilombolas.	Metas
	4.1.1. Inclusão da temática nas formações com professores/as, coordenadores, gestores escolares, secretários municipais de educação e representantes da sociedade civil organizada, intensificando os processos formativos em educação contextualizada de professores/as para atuar/que atuam em áreas de assentamento;
	4.1.2. Realizar visitas técnicas em assentamentos e comunidades remanescentes quilombolas para compreender experiências dos sujeitos sociais em sua relação com o uso e posse da terra;
	4.1.3. Envolver, pelo menos, 80% das instituições de ensino da rede pública do Território do Sisal.
Objetivo 5: Colaborar para o processo de desburocratização e aceleração da concessão do crédito fundiário.	
Estratégia 5.1. Demandar das instituições que operam o Programa Nacional de Crédito Fundiário maior rapidez na análise e liberação dos recursos.	Metas
	5.1.1. Ampliar em 30% o acesso ao Crédito Fundiário destinado as comunidades tradicionais
2.3. Eixo 3 – Formação Cidadã e Organização Social	
Objetivo 1. Promover a formação e o acesso a informação sobre a violência de gênero e de raça, dos mecanismos de prevenção e enfrentamento a violação dos direitos humanos das mulheres.	
Estratégia 1.1. Realizar campanhas educativas anuais sobre a Lei Maria da Penha e a prevenção e enfrentamento a violência contra as mulheres (gênero, raça e sexualidade).	Metas
	1.1.1. Elaborar material gráfico e áudio visual informativo para subsidiar campanhas de divulgação da Lei;
	1.1.2. Produzir conteúdo para veiculação em Rádio e TV educativa do território, rádios comunitárias e mídias alternativas.
Estratégia 1.2. Formação sociopolítica de jovens, mulheres lideranças,	Metas
	1.2.1. Capacitar Jovens, mulheres lideranças e educadoras/qualificados para atuarem como agentes multiplicadores.

educadoras/es sobre as desigualdades de gênero, raça, sexualidade e cultura da violência.	
Objetivo 2. Assegurar a regularização da documentação das mulheres rurais do território para promoção da cidadania e acesso às políticas públicas.	
Estratégia 2.1. Buscar a garantia de acesso a emissão dos documentos, para as mulheres rurais do território.	Metas
	2.1.1. Realizar diagnóstico referente à documentação civil das mulheres rurais;
	2.1.2. Atender a totalidade das mulheres rurais do território sem documentação;
	2.1.3. Articular a Sociedade civil organizada, os movimentos sociais e poder público para a continuidade do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural no Território;
	2.1.4. Monitorar o processo de emissão de DAPs para as mulheres.
Estratégia 2.2. Criar condições para viabilizar o acesso das mulheres rurais as políticas públicas específicas de equidade de gênero.	Metas
	2.2.1. Divulgar as políticas públicas específicas para mulheres rurais do território;
	2.2.2. Capacitar os grupos produtivos de mulheres para elaboração e gestão de projetos e acesso aos Editais;
Objetivo 3. Proporcionar meios de fortalecimento, crescimento e empoderamento, por meio do acesso ao conhecimento, para as famílias assentadas no território, especialmente para mulheres e jovens rurais.	
Estratégia 3.1. Realizar capacitações multidisciplinares e contextualizadas para famílias assentadas, fortalecendo o protagonismo das mulheres e jovens.	Metas
	3.1.1. Realizar cursos de forma sistemática nos assentamentos do território, nas áreas específicas, de forma contextualizada e multidisciplinar;
	3.1.2. Desenvolver campanhas de Igualdade de Gênero;
	3.1.3. Promover capacitações sobre crédito e políticas de comercialização;
	3.1.4. Avançar na articulação das políticas voltada à prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres nos assentamentos e comunidades tradicionais;
	3.1.5. Orientar a organização produtiva e planejamento da propriedade;
	3.1.6. Promover assessoria técnica socioambiental.
Objetivo 4. Qualificar a mão de obra para o exercício profissional conforme demandas já existentes, como forma de assegurar o acesso e manutenção do trabalho, emprego e renda com direitos trabalhistas garantidos.	
Estratégia 4.1. Fazer diagnóstico sobre profissões desatualizadas, promovendo inovação tecnológica para as áreas de geração de trabalho, emprego e renda.	Metas
	4.1.1. Cursos de reciclagem profissional implantados no Território.

Estratégia 4.2. Realizar capacitações em diversas áreas profissionais para auxiliar na inserção de trabalhadores ao mercado de trabalho.	Metas
	4.2.1. Municípios ofertando cursos de qualificação profissional nas áreas de gestão, empreendedorismo, formação técnica e acesso ao mercado, Produção de embutidos e defumados, piscicultura, cabeleireira, apicultura, mecânica e manicure;
	4.2.2. Centro de capacitação territorial implantado.
Estratégia 4.3. Orientação dos grupos/agricultores de produção para fins previdenciários.	Metas
	4.3.1. 100% dos agricultores contribuindo para a previdência.
Objetivo 5. Possibilitar espaços de debates, visitas em áreas de proteção ambiental e leituras sobre a questão ambiental, relacionando com a vida cotidiana da população do território do sisal, objetivando sensibilizar e capacitar grupos estratégicos para educação ambiental.	
Estratégia 5.1. Firmar parceria entre entidades e órgãos territoriais e estaduais para a realização de debates, oficinas e intercâmbios que tratem a questão ambiental de forma contextualizada.	Metas
	5.1.1. Promover cursos de capacitação para professores da rede oficial sobre Educação Ambiental;
	5.1.2. Realizar um diagnóstico sobre o que existe de experiência no campo da educação ambiental;
	5.1.3. Promover a troca de experiências, por meio de visitas de intercâmbio para apresentar experiências exitosas na área ambiental;
	5.1.4. Implantação de um Programa de Educação Ambiental – que deve estar contido dentro do Plano de Saneamento Básico – local voltado para trabalhar com a comunidade sobre o modelo de gerenciamento de coleta seletiva a ser implantado (achamos que pode estar incluso na formação);
	5.1.5. Apoio para criação e fortalecimento de entidades/cooperativas de agentes ambientais para o processo de reciclagem e reaproveitamento;
	5.1.6. Incentivo a realização de eventos públicos voltados à temática ambiental, envolvendo toda a comunidade do município, utilizando a arte e cultura como meio de sensibilização e conscientização.
Objetivo 6. Colaborar com o fortalecimento do debate territorial sobre Meio Ambiente e a implementação das ações de proteção e conservação do Meio Ambiente.	
Estratégia 6.1. Estimular a articulação entre entidades da sociedade civil e órgãos municipais, territoriais e estaduais que tratam da questão ambiental para compor o GT de Meio Ambiente.	Metas
	6.1.1. Participação efetiva de Universidades e faculdades estaduais, federais e particulares, ONGs, entidades representativas do movimento popular, prefeituras municipais, órgãos ambientais dos governos federal e estadual nas atividades do GT de Meio Ambiente;
	6.1.2. Demandar, junto a Secretaria de Meio Ambiente, a permanência e fortalecimento do Programa de Gestão Ambiental Compartilhada – GAC, no Território do Sisal para que seja dada continuidade as ações do programa através da consultoria ambiental e fiscalizações realizadas pelos técnicos;
	6.1.3. Acompanhamento da implementação das ações do PTDS;
	6.1.4. Nuclear o território a fim de fortalecer o Grupo de Trabalho de Meio Ambiente, criando uma diretoria do GT, para articular as ações do eixo entre

	os municípios.
Objetivo 7. Contribuir para o fortalecimento da comunicação social no território do sisal, buscando a democratização da comunicação através da implantação do Mestrado em Educação com linha de pesquisa em Educomunicação.	
Estratégia 7.1. Diálogo UNEB\Movimento social para implantação do Mestrado em Educação com linha de pesquisa em Educomunicação.	Metas
	7.1.1. Cobrar retorno da UNEB sobre as manifestações de apoio, encaminhadas pelo Território ao Núcleo de Implementação do Mestrado (GESTEC);
	7.1.2. Criar comissão permanente com representantes dos GTs de Educação e Comunicação, para acompanhamento da implementação do Mestrado e monitoramento das ações posteriores;
	7.1.3. Incentivar a produção de material pedagógico sobre Educomunicação para ser utilizado nas escolas do campo do Território.
Objetivo 8. Colaborar para o fortalecimento da comunicação comunitária do Território do Sisal a fim de garantir uma comunicação democrática e participativa com sujeitos sensibilizados sobre questões ligadas ao desenvolvimento territorial.	
Estratégia 8.1. Capacitar comunicadores/as sociais sobre temáticas ligadas ao desenvolvimento territorial, gestão dos veículos de comunicação comunitária e democratização da comunicação.	Metas
	8.1.1. Realizar dois cursos anuais de capacitações técnicas e temáticas com 03 módulos alternados;
	8.1.2. Promover debates e formação política com comunicadores/as comunitários/as sobre legislação midiática, promoção da cidadania, inovação tecnológica e digitalização de rádio e TV;
	8.1.3. Estimular entidades territoriais a elaborarem projetos de comunicação que assegurem a realização dessa estratégia.
Estratégia 8.2. Fortalecer as instancias de comunicação existentes no território a partir das experiências de organizações comunicacionais (Agências de Comunicação, Cooperativas, Rádios Comunitárias, etc.).	Metas
	8.2.1. Realizar levantamento das experiências de comunicação existentes no Território incentivando o diálogo e a troca de experiências entre elas;
	8.2.2. Firmar parceria entre o curso de comunicação da UNEB Campus XIV e organizações do Território para a acolhida de estagiários nas mesmas, no sentido de fortalecer as organizações e o curso;
	8.2.3. Sensibilizar entidades da sociedade civil e poder público do Território para acessarem serviços de entidades e/ou cooperativas de comunicação existentes;
Estratégia 8.3. Estabelecer uma gestão compartilhada da rádio e TV educativa do território do sisal.	8.2.4. Criar uma rede de comunicação territorial.
	Metas
	8.3.1. Promover diálogo entre entidades que compõem o Colegiado Territorial e Governo do Estado sobre a gestão da rádio e TV educativa de Conceição do Coité;
	8.3.2. Criar uma comissão permanente para acompanhamento sistemático da programação da rádio e TV e implementação da gestão compartilhada, sob a coordenação do GT de Comunicação do Território.
Objetivo 9. Implantar tecnologias de comunicação que possibilitem a inclusão social e digital da população do território.	
Estratégia 9.1. Firmar	Metas

parcerias com governos municipais para reestruturar e reativar as unidades de centros de tecnologias digitais e telecentros do território.	9.1.1. Realizar um mapeamento dos Centros Digitais de Cidadania - CDCs e telecentros que precisam ser reativados ou reestruturados;
	9.1.2. Promover um diálogo com gestores públicos sobre a importância dessas unidades para garantir seu funcionamento constante (infraestrutura, funcionários, etc.).
Estratégia 9.2. Fortalecer as escolas públicas implantando ou reativando salas multifuncionais, laboratórios de pesquisa de comunicação e ações para inclusão sociodigital, garantindo simultaneamente capacitação dos profissionais que atuarão nesses espaços.	Metas
	9.2.1 Realizar levantamento em todos os municípios do Território sobre a existência de salas multifuncionais nas escolas, mapeando o nível de utilização e o objetivo;
	9.2.2. Realizar capacitações com as escolas mapeadas sobre a importância de utilização e conservação desses espaços e uso de softwares livres;
	9.2.3. Dialogar com a UNEB acerca da atuação dos alunos do curso de comunicação como estagiários;
Estratégia 9.3. Incentivar e sensibilizar o Colegiado Territorial para a criação de sua assessoria de comunicação institucional.	Metas
	9.3.1. Elaborar projetos que assegurem a contratação de profissionais para composição da assessoria e a elaboração de peças institucionais (site, folder, cartilha, programa de rádio, boletim).
Objetivo 10. Fomentar a realização de Atividades culturais no Território, buscando a identificação e valorização dos talentos locais.	
Estratégia 10.1. Firmar parcerias institucionais locais para mobilização e custeio das atividades culturais nas regiões prioritárias (periferias e comunidades rurais).	Metas
	10.1.1. Adquirir equipamentos para a mobilidade cultural;
	10.1.2. Realizar um roteiro que assegure a circulação da Caravana Cultural nos 20 municípios do território;
	10.1.3. Criar uma página virtual no território hospedando os registros culturais por órgão gestor de cada município;
	10.1.4. Demandar da SECULT a oferta de Oficinas para Captação de Recursos, Gestão de projetos e Prestação de contas;
	10.1.5. Incorporar 100% dos artistas do território que estejam dispostos a integrar-se ao sistema territorial de cultura.
Objetivo 11. Identificar, registrar e solicitar tombamento de patrimônios materiais e imateriais existentes nos municípios do Território do Sisal.	
Estratégia 11.1. Promover a Formação de multiplicadores para a sensibilização da comunidade perante a importância do nosso patrimônio Cultural.	Metas
	11.1.1. Capacitar 200 multiplicadores para promover a sensibilização das comunidades dos municípios do Território do Sisal;
	11.1.2. Sensibilizar no mínimo 20% (aproximadamente 100 mil pessoas) da população do Território sobre a importância da valorização e preservação dos patrimônios materiais e imateriais.
Estratégia 11.2.	Metas

Sensibilizar o poder público executivo e legislativo para implantar leis de preservação do patrimônio cultural do município.	11.2.1. Promover debates municipais com o poder público sobre a preservação e tombamento do patrimônio cultural.
Estratégia 11.3. Realizar Mapeamento do patrimônio cultural, material e imaterial do território do sisal.	Metas
	11.2.1. Mapear os patrimônios materiais e imateriais existentes nos vinte municípios do Território do Sisal;
	11.2.2. Registrar os patrimônios materiais e imateriais através de uma publicação impressa (1.000 unidades) e digital.
Objetivo 12. Fomentar a organização social das comunidades e povos tradicionais através das práticas de associativismo e cooperativismo.	
Estratégia 12.1. Sensibilizar comunidades e grupos produtivos para o associativismo e cooperativismo.	Metas
	12.1.1. Realizar cursos de associativismo e cooperativismo em parceria com as centrais de associações;
	12.1.2. Ampliar para 100% o número de comunidades organizadas em associações.
Objetivo 13. Contribuir para o processo de organização social e defesa dos direitos por meio do fomento da participação ativa de representantes da sociedade civil, representantes da educação pública, gestores escolares, educadores e educadoras nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável, Alimentação Escolar, Educação e Meio Ambiente, de forma cada vez mais qualificada.	
Estratégia 13.1 Desenvolver por iniciativa própria e por meio de parcerias com Instituições Educativas, cursos de formação para conselheiros municipais do território do Sisal, contemplando as áreas da Alimentação, Educação, Meio ambiente, Desenvolvimento Sustentável e FUNDEB.	Metas
	13.1.1. Ofertar formação continuada para Conselheiros Municipais dos 20 municípios do Território de forma a atender as demandas nos diversos Conselhos.
Objetivo 14. Criação do Centro Acadêmico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial da Universidade do Estado da Bahia, a fim de coordenar, integrar, sistematizar, orientar e promover ações de ensino, pesquisa e extensão, numa perspectiva interdisciplinar, assegurando o suporte necessário à elaboração e desenvolvimento de ações voltadas para e com os sujeitos sociais do campo no Território do Sisal.	
Estratégia 14.1 Articular ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, nos diversos campi da UNEB visando a criação, manutenção e constante atualização do banco de dados acerca da Educação do Campo.	Metas
	14.1.1 Criação de um banco de dados sobre as questões educacionais, política e agroecológicas, no âmbito da Reforma Agrária Popular;
	14.1.2. Promoção de atividades e processos que garantam sistematicamente a relação teoria e prática – práxis – vivenciada, no ambiente social e cultural onde os sujeitos vivem e trabalham;
	14.1.3. Realização de práticas educativas ancoradas nos princípios da Educação do Campo e no movimento da práxis educativa e social;

	14.1.4. Desenvolvimento de Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Educação do campo e Agroecologia;
	14.1.5. Desenvolvimentos de Cursos de Graduação e Pós-Graduação (lato-sensu, stricto-sensu e mestrado profissional);
	14.1.6. Instalação de uma Revista Eletrônica de Educação no Semiárido Baiano;
	14.1.7. Sistematização e divulgação das problemáticas oriundas do contexto social e cultural do Semiárido baiano.
Objetivo 15. Contribuir com o processo de criação e implementação de políticas públicas que visem o fortalecimento da educação do campo contextualizada no território Sisal.	
Estratégia 15.1. Criação do Núcleo de Apoio à Educação do Campo do Território do Sisal (NAECTS) composto pelo GT de Educação do CODES e demais entidades que desenvolvam a educação do campo no território, agregando e dialogando com o Centro Acadêmico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial da Universidade do Estado da Bahia em Conceição do Coité e demais iniciativas no território para acompanhamento, promoção e fortalecimento da educação contextualizada.	Metas
	15.1.1. Apresentar a proposta de criação do NAECTS às instituições que possivelmente firmarão parceria;
	15.1.2. Criação de estatuto e regimento do NAECTS;
	15.1.3. Implantação do NAECTS em parceria com o Centro Acadêmico de Educação do Campo (CAEC) em Conceição do Coité
	15.1.4. Realização de seminário para apresentação/divulgação do NAECTS aos 20 municípios e criação de plano de trabalho com abrangência das ações em todo território;
	15.1.5. Criação de cronograma para a realização de reuniões periódicas;
Objetivo 16. Contribuir para o fortalecimento do GT de Educação do CODES como fora de assegurar o monitoramento da implementação do PTDS.	
Estratégia 16.1. Articular entidades territoriais para a construção de cronograma anual do GT de Educação do CODES com os eixos e ações prioritárias e divulgação massiva do PTDS.	Metas
	16.1.1. Fazer disseminação ampla do PTDS entre as entidades, instituições e sociedade em geral, monitorando e avaliando o cumprimento das ações;
Objetivo 17. Fomentar o controle social da política territorial de educação na perspectiva de monitoramento contínuo dos Planos Municipais de Educação do Território e das Leis Municipais de Educação, com foco na ampliação da oferta de creches e universalização da pré-escola, Educação especial, infantil, integral.	
Estratégia 17.1. Dialogar com as gestões municipais e com a sociedade civil organizada, sobre as	Metas
	17.1.1. Fazer monitoramento da implementação dos Planos Municipais de Educação, nos 20 municípios do Território do Sisal.

metas dos PMEs para controle social.	
2.4. Eixo 4 – Infraestrutura e Serviços Públicos	
Objetivo 1. Cooperar para a efetivação e ampliação da rede de enfrentamento a violência contra mulher, a fim de garantir o atendimento especializado, com agentes públicos capacitados, prestando serviços de atenção e acompanhamento às mulheres vitimadas.	
Estratégia 1.1. Demandar do Estado a qualificação de agentes públicos das redes de atenção e proteção às mulheres em situação de violência, sobre a cultura da violência de gênero e atendimento humanizado.	Metas
	1.1.1. Implantar Centros de Referência de Atendimento às Mulheres (CRAMs) municipais; Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), 01 Vara especializada e Casa Abrigo Territorial; Núcleos de atendimento as mulheres nas delegacias dos municípios e Ronda Maria da Penha;
	1.1.2. Institucionalizar as Redes de enfrentamento a violência contra as mulheres em todos os municípios do território para atuarem de forma articulada e qualificada.
Objetivo 2. Contribuir para a criação de equipamentos sociais de apoio as mulheres trabalhadoras.	
Estratégia 2.1. Reivindicar a implementação e funcionamento de um espaço socioeducativo para crianças, garantindo a participação das mulheres nos seus horários de trabalho.	Metas
	2.1.1. Ampliar o número de creches nos municípios do Território do Sisal.
Objetivo 3. Cooperar para promover melhorias das estradas vicinais do território, como forma de facilitar o escoamento para escoamento da produção da agricultura familiar.	
Estratégia 3.1. Reivindicar do Estado a manutenção de estradas e rodovias que interligam os 20 municípios do Território e o repasse de subsídios para a manutenção e construção de estradas vicinais.	Metas
	3.1.1. Alcançar 100% das estradas e rodovias do Território em bom estado de conservação.
	3.1.2. Ampliar as ações da Política Estadual de Habitação Rural, com recursos do Governo do Estado.
Objetivo 4. Ampliação da Política Estadual de Habitação Rural, com recursos do Governo do Estado.	
Estratégia 4.1. Reivindicar a construção de unidades habitacionais, visando sanar o déficit habitacional no meio rural.	Metas
	4.1.1. Realizar levantamento do déficit habitacional rural, mapeando por município do território, a necessidade de construção de unidades.
Objetivo 5. Contribuir para a redução da vulnerabilidade da juventude negra as situações de racismo e violência física e simbólica, proporcionando a redução do índice de violência da Juventude Negra.	
Estratégia 5.1. Articular sociedade civil e poder	Metas
	5.1.1. Ampliar debate territorial sobre a desmilitarização da polícia militar;

público para debater e reivindicar ações e políticas de enfrentamento a violência contra a juventude negra com base na sensibilização da sociedade e agentes públicos para a desconstrução da cultura de violência e combate ao racismo.	5.1.2. Reivindicar a desmilitarização da Polícia Militar, conforme documento do Plano Juventude Viva;
	5.1.3. Estimular a adesão voluntária dos 20 municípios do território, ao Plano Juventude Viva;
	5.1.4. Propor plano de capacitação para os Agentes públicos, com objetivo de atender as demandas da juventude negra.
Objetivo 6. Contribuir para o desenvolvimento sustentável territorial através do fortalecimento da cultura sertaneja e cultura local.	
Estratégia 6.1. Estabelecer parcerias para uma articulação entre artistas locais, poder público (município, estado, CONSISAL, Minc, etc.) e empresas privadas do território, para promover a conservação, restauração e requalificação de bens protegidos ou de reconhecido valor cultural: móveis, imóveis e integrados.	Metas
	6.1.1. Propor a construção cinco centros de integração cultural no Território com museus de pequeno porte;
	6.1.2. Implantar um estúdio de áudio visual nos cinco centros de cultura;
	6.1.3. Implantar, revitalizar, bibliotecas comunitárias com salas de cinema em todos os municípios;
	6.1.4. Estimular a realização de atividades culturais, tendo em vistas a promoção das artes integradas em todos os municípios.
Objetivo 7. Contribuir com a criação e implementação do Plano de Saneamento Básico Ambiental dos Municípios do Território.	
Estratégia 7.1. Mobilizar atores territoriais para o debate e Elaboração dos Planos de Saneamento Básico Ambiental.	Metas
	7.1.1. Implementação dos Planos municipais de Saneamento Básico Ambiental;
	7.1.2. Construção de aterros sanitários individuais ou em consórcios municipais;
	7.1.3. Sensibilização para a destinação correta de resíduos sólidos urbanos e rurais: comerciais, industriais, domésticos, como também nos resíduos de saúde;
	7.1.4. Construção de Estações de Tratamento de Efluentes – ETE individuais ou em consórcios municipais;
	7.1.5. Vincular o problema dos Resíduos ao PDDU de cada município;
	7.1.6. Responder anualmente o questionário do programa SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento);
	7.1.7. Divulgação de Código de Postura/Ética do Municipal e da legislação ambiental Municipal;
	7.1.8. Instalação de consórcios para aterro sanitário;
	7.1.9. Instalação de usinas de reciclagem (intermunicipal ou municipal);

	7.1.10. Recuperar rios e riachos poluídos por esgotos lançados <i>in natura</i> ;
Objetivo 8. Contribuir para a criação e/ou implementação da Política ambiental nos 20 municípios.	
Estratégia 8.1. Fortalecer os Conselhos Municipais de Meio Ambiente e os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável	Metas
	8.1.1. Fortalecer as discussões sobre Sustentabilidade Ambiental no Território;
	8.1.2. Destinar porcentagem dos royalties para o Fundo Municipal de Meio Ambiente;
	8.1.3. Repassar recursos da receita municipal para Fundo Municipal de Meio Ambiente.
Objetivo 9. Propor a melhoria do modelo organizacional das Secretarias Municipais de Educação do Território.	
Estratégia 9.1. Discutir com os novos secretários de educação um modelo de organização das secretarias a partir de um organograma que ofereça as condições necessárias para um funcionamento qualificado das referidas instituições.	Metas
	9.1.1. Criar um novo organograma que atenda as demandas das instituições de ensino.
	9.1.2. Monitorar as ações implementadas no âmbito da melhoria organizacional.
Objetivo 10. Contribuir para a melhoria da infraestrutura nas escolas do território do sisal, objetivando assegurar os direitos previstos na legislação educacional no que se refere a infraestrutura básica e funcionamento das unidades escolares.	
Estratégia 10.1. Acompanhar, monitorar a situação da infraestrutura e serviços públicos, assim como fomentar a implementação de ações relacionadas ao transporte escolar, bibliotecas, construção e reforma na estrutura física das escolas, construção de cisternas em escolas do campo, criação de hortas, espaços para a prática de esporte e lazer, acesso à internet e tecnologias educacionais, adequação das escolas com relação a acessibilidade, aquisição de material pedagógico contextualizado com a Educação do Campo.	Metas
	10.1.1. Estruturação das escolas de acordo com o que determina a legislação e conforme as metas do Plano Municipal de Educação (PME).

Objetivo 11. Contribuir para a universalização da oferta dos serviços públicos de água e luz.	
Estratégia 11.1. Mapear, via entidades locais, a demanda de instalação de água e luz nas comunidades, para solicitar atendimento das demandas.	Metas
	11.1.1. Ampliar para 100% o número de casas atendidas pelo serviço público de energia;
	11.1.2. Ampliar para 100% o número de casas atendidas pelo abastecimento de água da Embasa.
Objetivo 12. Contribuir para a ampliação da oferta de esporte e lazer nas comunidades.	
Estratégia 12.1 Demandar do Estado a construção de quadras poliesportivas nas Comunidades Tradicionais.	Metas
	12.1.1. Ampliar em 50% o número de quadra poliesportivas construídas nas comunidades.
Objetivo 13. Colaborar para a ampliação da oferta dos serviços básicos de saúde.	
Estratégia 13.1. Demandar do Estado a construção de novas unidades de pronto atendimento nas comunidades.	Metas
	13.1.1 Novas unidades de pronto atendimento (UPA) construídas e funcionando, com qualidade, nas comunidades;
	13.1.2. Atendimento de 100% das famílias nas UPAs.
Objetivo 14. Contribuir para a divulgação/disseminação de informações referentes ao alcoolismo, drogas e sexualidade.	
Estratégia 14.1. Promover debates e formação sobre as temáticas.	Metas
	14.1.1 Demandar das secretarias de Saúde e Assistência Social dos municípios a realização de 5 palestras anuais sobre alcoolismo, drogas e sexualidade, de forma itinerante nas comunidades;
	14.1.2 Realizar debates sobre alcoolismo, drogas e sexualidade em parceria com os agentes de saúde.
Objetivo 15. Contribuir para o acesso das famílias as políticas públicas socioassistenciais.	
Estratégia 15.1. Demandar dos municípios e instalação do CRAS Quilombola, dentro da comunidade Quilombola	Metas
	15.1.1. Implantação de uma unidade do CRAS Quilombola, por município.
Objetivo 16. Estimular a abertura de chamadas públicas de ATER específicas para povos e Comunidades Tradicionais.	
Estratégia 16.1 Solicitar dos Governos estadual e federal o lançamento de Chamadas públicas de ATER destinadas a Povos e Comunidades Tradicionais.	Metas
	16.1.1. Acesso de 100% das comunidades e povos tradicionais aos serviços de ATER, de forma continuada.
Objetivo 17. Contribuir para a ampliação do número de famílias contempladas pelo Plano Nacional de Habitação Rural (PNHR).	

Estratégia 17.1. Exigir do Governo maior agilidade na aprovação das demandas e ampliação do número de famílias contempladas pelo PNHR.	Metas
	17.1.1. Atender 100% dos projetos de habitação.
Objetivo 18. Fomentar a estruturação de espaços de comunicação comunitária no Território e para o Colegiado.	
Estratégia 18.1 Demandar do Estado a estruturação mínima desses espaços.	Metas
	18.1.1. Garantir minimamente a consolidação de dois espaços de comunicação nos municípios do Território e um espaço para o Colegiado.

CAPÍTULO 3 – Gestão, Acompanhamento e Monitoramento do PTDSS

3.1. Instrumentos Estratégicos para Gestão do Desenvolvimento

De modo geral a etapa de acompanhamento e monitoramento de um plano é vista essencialmente como procedimento necessário para acompanhar e avaliar resultados, comparando aquilo que foi planejado com o que foi efetivamente executado, permitindo adequações e correções necessárias ao longo da vigência do Plano, que considerem a realidade local e as potencialidades e desafios na realização de cada ação. Outro objetivo do processo de acompanhamento e monitoramento do PTDSS, diz respeito ao fortalecimento da responsabilidade social dos sujeitos e/ou atores do território, que deverá ter como efeito concreto, uma maior apropriação desse importante instrumento de gestão social. Esse aspecto é também fundamental para que o Plano Territorial se consolide, a partir da sua legitimidade e do seu reconhecimento, como principal instrumento de gestão social dentro e fora do território.

O monitoramento é uma ação que deverá, além de orientar a concepção das estratégias e das ações e/ou projetos do Plano e contribuir com a captação de recursos para financiar e/ou apoiar a efetivação do planejamento, assegurar a participação e capacitação dos atores territoriais sobre a gestão. A ação de monitorar possibilita a promoção do debate, adequação do planejado e definição de caminhos, estabelecendo relação direta com a gestão das ações e/ou projetos e consiste num exame contínuo ou periódico durante a etapa de desenvolvimento das

atividades. Trata-se de elementos de planejamento complexos e imprescindíveis em um Plano que tem como objetivo principal o apoio à gestão social dos colegiados territoriais.

Para ter eficiência e eficácia na concretização de objetivos, estratégias e metas faz-se necessário também o monitoramento do Plano com a construção social de indicadores que devem estar contemplados tanto no processo como nos resultados e impactos que poderão incidir na organização sistêmica do estado e do território e na sua sustentabilidade. Entende-se o monitoramento do PTDSS como um processo permanente e mais amplo que o mero acompanhamento da execução. Busca-se, com isso, na implantação do Plano, a identificação de eventuais lacunas na execução, contribuindo tecnicamente para a adoção de medidas corretivas para ajuste das atividades planejadas.

Espaço de discussão e de participação social, o Colegiado é a instância de referência no processo de gestão da política territorial e, portanto, espaço ideal para realização do processo de acompanhamento da realização do Plano. A presença de entidades executoras da política territorial e gestores públicos em todas as instâncias do Colegiado, assim como o histórico de organização e mobilização do movimento social do Território do Sisal contribuirão significativamente para a gestão do PTDSS.

Mantendo a metodologia participativa utilizada para a sua construção, o processo de gestão, acompanhamento e monitoramento do Plano dependerá da formação de uma grande rede interligada, onde sociedade civil organizada e esferas territoriais e estaduais do poder público dialoguem constantemente. Essas atividades acontecerão sistematicamente, tanto nas reuniões dos GTs, como nas plenárias e encontros de diretoria. Os encontros servirão para a revisão e adequação periódica do Plano, inserindo novas demandas territoriais, sempre que necessário, como forma de mantê-lo atual e legítimo ao longo dos oito anos de sua validade.

No intuito de atender uma demanda inclusa neste plano e garantir a qualidade de sua execução, os atores territoriais deverão ser capacitados sistematicamente sobre as temáticas de interesse do território, através da promoção de debates, estudos feitos pelos GTs sobre a realidade local e atividades de formação/capacitação.

Durante o acompanhamento do Plano serão criadas agendas e definidos projetos e ações, envolvendo todos os atores já citados, para atender demandas nos eixos de desenvolvimento econômico e ambiental com Inclusão socioproductiva; estrutura fundiária e acesso à terra; formação e organização social e infraestrutura e serviços públicos, dando curso ao processo de participação social concreta. Por sua vez, esses eixos deverão seguir dialogando com temas prioritários do PPA P 2016/2019, assim como no ato de sua formulação.

O passo seguinte será o encaminhamento dessas demandas para os órgãos o/u entidades competentes pela sua efetivação. Vale ressaltar que o trabalho de gestão não se finaliza com essa etapa, aqui serão retomadas as práticas de diálogo e acompanhamento com as instâncias executoras no sentido de monitorar a realização das ações.

Referências

BEEKMAN, Gertjan B. **Coordenação transversal de recursos naturais: gestão ambiental e adaptação às mudanças** – IICA. In: SEMINÁRIO NACIONAL: Gestão do Conhecimento em Regiões Semiáridas do Nordeste do Brasil. Relatório. Salvador: IICA; FIDA; AECID, 2011.

BELLEN, Hans Michael van. Indicadores de Sustentabilidade; uma análise comparativa. 2ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BLATT, Nadir; GONDIM, Patrícia S. C. **Territórios de Identidade no Estado da Bahia: uma análise da regionalização implantada pela estrutura governamental na perspectiva do desenvolvimento local e regional. Tempos, Espaços e Representações – Abordagens Geográficas e Históricas**. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Vitória da Conquista-Ba, outubro, 2013.

BRASIL. **Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade da Caatinga**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2002.

BRASIL. **Guia Para a Construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PTDRSS** MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA; Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. Brasília, maio, 2016.

BRAZ, Meliponário. **As belezas da caatinga nordestina**. Disponível em: <<http://www.dignow.org/post/as-belezas-da-caatinga-nordestina-3842422-7183.html>>. Acesso em: 28 abr. 2012.

Caderno Territorial – **Perfil Territorial – Do Sisal, Ba**. Portal dos Nedet – Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial. Disponível em: <http://portaldosnedets.info/site/> (2016/2017). Acesso em 15 de agosto de 2016.

CERQUEIRA, Mílvia O. **A vulnerabilidade ambiental do Território do Sisal-Bahia**. Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS, Feira de Santana-Ba, 2015.

COLEGIADO TERRITORIAL DO SUDOESTE BAIANO – CTSB. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PTDRSS do Território Sudoeste Baiano**. Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial – NEDET; Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Vitória da Conquista-Ba, setembro, 2016.

Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia – CODES SISAL. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sisal**. CODES-SISAL, Valente, 2010.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE;

DUAILIBI, Miriam. O mundo que queremos, é um mundo possível? In: Medeiros, Heitor, Sato, Michele (org.) **Revista Brasileira de Educação Ambiental**. N.1 (Nov. 2004, p. 120-122).

- DUQUE, José Guimarães. **Vantagens da seca**. Mossoró: Fundação Vinght-Um Rosado, 1988. Coleção Mossoroense, série B, n. 509.
- DUQUE, José Guimarães. **O Nordeste e as lavouras xerófilas**. Mossoró: Escola Superior de Agricultura, 1980.
- DUQUE, José Guimarães. **Solo e Água no Polígono das Secas**. Fortaleza: N/D, 2001.
- GOLDSMITH E. et al. **Blueprint for survival**. Boston: Penguin, Harmondsworth & Houghton Mifflin, 1992.
- HAWKEN, Lovins e Lovins. **Capitalismo natural**: criando a próxima revolução industrial- 13ª Ed. São Paulo: Cultrisc, 2004.
- <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=29&search=bahia>. Acesso em 20 de setembro de 2016.
- Identidade e participação social na gestão do programa Territórios da Cidadania: um estudo com-parativo. Disponível em: <file:///C:/Users/asz/Downloads/360-981-1-PB.pdf>. Acesso em 10 de setembro de 2016.
- LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura**: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau. Ed. FURB, 2000.
- MARQUES, Nonato. **O Sisal na Bahia**. Salvador: FAEB / PROSISAL, 1978.
- MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O Mito do Desenvolvimento Sustentável**: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Tese, Programa Interdisciplinar de Doutorado em Ciências Humanas: Sociedade e Meio Ambiente/ CFH-UFSC, 1999.
- NASCIMENTO, Humberto Miranda do. **Conviver o sertão**: origem e evolução do capital social em Valente/Ba. São Paulo: Annablume; Fapesp; Valente: APAEB, 2003.
- Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD; Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Estatísticas do meio rural 2010-2011, 4.ed., São Paulo, 2011.
- OLIVEIRA JR., **O processo de desertificação**: a vulnerabilidade e a degradação ambiental no Polo regional de Jeremoabo – Bahia. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2014.
- OLIVEIRA, Ildes Ferreira de; DIAS, Acácia B. **Territórios de Identidade: principais dilemas do processo de gestão – o caso do Território do Sisal**. Disponível em: [file:///C:/Users/Comp/Downloads/744-3908-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Comp/Downloads/744-3908-1-PB%20(2).pdf). Acesso em: 10 de setembro de 2016.
- OLIVEIRA, Ildes Ferreira de; et al. **Relatório Analítico Território de Cidadania do Sisal – Bahia. Projeto “Gestão de Territórios Rurais”** – CNPq/MDA/SDT Nº 05/2009. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra043.pdf>. Acesso em: 27 de outubro de 2016.
- SANTOS, Ednusia M. C. et al. **Gente ajudando gente**: o tecido cooperativista do Território do Sisal. UEFS Editora, Feira de Santana-Ba, 2011.

_____. **De Região Sisaleira a Território do Sisal: desvelando as nuances do processo de delimitação da diferenciação espacial no Semiárido Baiano.** GeoTextos, vol. 11, n. 2, p. 131-151, dezembro, 2015. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/13472/10293>. Acesso em: 27 de outubro de 2016.

_____. **Política Territorial do Estado da Bahia.** Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=30>. Acesso em: 17 de novembro de 2016.

_____. **Relatório de Pesquisa. Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS.** Disponível em: <http://www1.uefs.br/geomov/docs/relatorio-final-fapesb-2010.pdf>. Acesso em: 10 de novembro de 2016.

SAYAGO, D. **Diagnóstico do Território do Sisal – BA - Preliminar.** Disponível em <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/857420/nucleos-piloto-de-informacao-e-gestao-tecnologica-para-a-agricultura-familiar-diagnostico-do-territorio-do-sisal-ba>. Acesso em: 03 de novembro de 2016.

SEPLAN – Secretaria do Planejamento do Governo do Estado da Bahia. **Plano Plurianual Participativo – PPA-P 2016-2019.** Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=30>. Acesso em: 17 de novembro de 2016.

SILVA, Filipe P. M. da. **Desenvolvimento Territorial: a experiência do Território do Sisal na Bahia.** 251 f. Dissertação. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG. 2012.

SILVA, Roberto Marinho Alves da Silva. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade para o desenvolvimento.** Fortaleza: BNB, 2008.

SILVA, Solange Lima da; A Gestão Social no Território do Sisal: **Uma análise do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia – CODES Sisal.** Santo Antônio de Jesus-Ba, 2008. 172 f. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional). Programa de Pós-Graduação em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional, Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Santo Antônio de Jesus-Ba, 2008.

SILVA, Solange Lima da; OLALDE, Alicia R. **O Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia – CODES SISAL: limites e possibilidades do desenvolvimento territorial.** *G&DR*, Taubaté, SP-Brasil, v. 6, n. 2, p. 44-71, mai-ago/2010.

SOUSA SANTOS, Boaventura de (Org). **A globalização e as ciências sociais.** São Paulo: Cortez, 2002.

VIVERET, Patrick. **Novos Indicadores de Riqueza.** Trad: Vera Ribeiro. Brasília: UNB, 2006.

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO – ZEE Preliminar. Secretaria do Planejamento – SEPLAN; Secretaria do Meio Ambiente – SEMA. Plano de Desenvolvimento Sustentável: **Caracterização dos Territórios Rurais de Identidade, 3º Relatório Básico**, Rev. 01, vol. VIII, Governo do Estado da Bahia, Salvador, 2011.

Sites pesquisados:

[http://atlasbrasil.org.br/2013/;](http://atlasbrasil.org.br/2013/)

[http://www.firjan.com.br/ifdm/;](http://www.firjan.com.br/ifdm/)

[http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginibr.def.](http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginibr.def)

APÊNDICES

COMPOSIÇÃO DO CODETER

PODER PÚBLICO
Prefeitura Municipal de Araci
Prefeitura Municipal de Barrocas
Prefeitura Municipal de Biritinga
Prefeitura Municipal de Candeal
Prefeitura Municipal de Cansanção
Prefeitura Municipal de Conceição do Coité
Prefeitura Municipal de Ichu
Prefeitura Municipal de Itiúba
Prefeitura Municipal de Lamarão
Prefeitura Municipal de Monte Santo
Prefeitura Municipal de Nordestina
Prefeitura Municipal de Queimadas
Prefeitura Municipal de Quijingue
Prefeitura Municipal de Retirolândia
Prefeitura Municipal de Santaluz
Prefeitura Municipal de São Domingos
Prefeitura Municipal de Serrinha
Prefeitura Municipal de Teofilândia
Prefeitura Municipal de Tucano
Prefeitura Municipal de Valente
BAHIATER – Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural
CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CONSISAL – Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sisal
NRE 4 – Núcleo Regional de Educação
SEBRAE – Sistema Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa
UNEB Campus XIV – Universidade do Estado da Bahia

SOCIEDADE CIVIL
AMTRAFAS – Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Agricultoras Familiares de Santaluz
APAEB Araci – Associação dos Agricultores Familiares do Município de Araci
APAEB Serrinha – Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Serrinha
APAEB Valente – Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira
APLB – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia
ARCO SERTÃO – Agencia Regional de Comercialização do Sertão da Bahia
ARCO SERTÃO CENTRAL – Central de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado da Bahia
ARESOL – Associação Regional dos Grupos Solidários de Geração de Renda
Associação Central de Cidadania
Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos do Assentamento Nova Vida e Região – ACOANVR
CEAIC – Centro de Apoio às Iniciativas Comunitárias do Semiárido da Bahia
CETA – Movimento de Trabalhadores Assentados/as, Acampados/as e Quilombolas do Estado da Bahia
COOAPIT – Cooperativa de Apicultores de Tucano
COOPEREDE – Cooperativa Rede de Produtoras da Bahia
FATRES – Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares do Semiárido da Bahia
FETRAF/BAHIA/CUT – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar no Estado da Bahia
FUNDAÇÃO APAEB – Fundação de Apoio ao desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira
Humana Brasil
MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MOC – Movimento de Organização Comunitária
NACOM – Núcleo de Arte, Comunicação e Cultura nas Comunidades
OMDRS – Organização Mandacaru Dignidade e Resistência no Sertão
REFAISA – Rede de Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido
SINTRACAL – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Empresas de fabricação, montagem e acabamento de Calçados de Jequié e região, sub-sede Conceição do Coité, Valente e Serrinha
SINTRAF Cansanção – Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Cansanção
SINTRAF Conceição do Coité – Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Conceição do Coité
STR Santaluz – Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Santaluz
UAPAC – União das Associações dos Pequenos Agricultores de Cansanção
UNICAFES Bahia – União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária da Bahia

QUADRO DE CORRELAÇÃO ENTRE EIXOS DO PTDSS E TEMAS ESTRATÉGICOS DO PPA P 2016/2019

Eixos do PTDSS	Temas estratégicos do PPA P 2016/2019
Eixo 1 – Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva	<ul style="list-style-type: none"> • Pobreza, inclusão socioprodutiva e mundo do trabalho; • Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar; • Consolidação e diversificação da Matriz Produtiva Estadual; • Inserção competitiva e integração cooperativa e econômica nacional e internacional; • Meio Ambiente, Segurança Hídrica Economia Verde e Sustentabilidade.
Eixo 2 – Estrutura Fundiária e Acesso à Terra	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar; • Geração, cidadania e direitos humanos.
Eixo 3 – Formação Cidadã e Organização Social	<ul style="list-style-type: none"> • Saúde e Assistência Social; • Educação, conhecimento, cultura e esporte; • Segurança pública cidadã; • Mulheres, gênero e diversidade; • Igualdade racial e identidades; • Geração, cidadania e direitos humanos.
Eixo 4 – Infraestrutura e Serviços Públicos	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento urbano e rede de cidades; • Saúde e Assistência Social; • Educação, conhecimento, cultura e Esporte; • Segurança pública cidadã; • Consolidação e diversificação da Matriz Produtiva Estadual; • Infraestrutura para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável; • Meio Ambiente, Segurança Hídrica Economia Verde e Sustentabilidade; • Gestão Governamental e Governança Socioeconômica.

